



cim alto minho
comunidade intermunicipal do minho-lima



PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO MAR NO ALTO MINHO

RELATÓRIO FINAL

Clara Correia

Julho 2013



ÍNDICE

	Pág.
I. Sobre o estudo	1
I.1. Enquadramento, objetivos e âmbito	1
I.2. Metodologia e fontes de informação	2
II. Sobre o tecido empresarial e o emprego na economia do Mar no Alto Minho	6
II.1. Os setores da economia do mar e suas dinâmicas gerais na região	6
II.2. Elementos de caracterização estatística	21
II.3. Problemas e desafios institucionais e de contexto	29
III. Qualificação e competências na economia do Mar	38
III.1. Conceitos e enquadramento do tema	38
III.2. Qualificação, competências e perfis profissionais	40
IV. Qualificação e formação no Alto Minho	59
IV.1. Nota de enquadramento	59
IV.2. Oferta formativa	60
IV.2.1. Formação inicial	60
IV.2.2. Formação contínua	68
V. Conclusões e propostas	70
V.1. Enquadramento	70
V.2. Propostas de áreas de qualificação e de perfis profissionais a desenvolver	72
Proposta 1 – Partilha de experiências e conhecimento: desenvolver uma visão comum	72



Proposta 2 – Contribuição DA CIM para a estruturação de qualificações/ perfis profissionais e da oferta formativa inicial	73
Proposta 3 – Coordenação do apoio dirigido à criação e sustentabilidade de empresas e negócios nas áreas da Economia do Mar	77
V.3. Proposta de programa de formações contínuas e modulares (Proposta 4)	78
Ficha de Ação 1	81
Ficha de Ação 2	84
Ficha de Ação 3	88
Ficha de Ação 4	91
VI. Guião para a concretização de propostas	96
ANEXOS	105
ANEXO I - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA	
ANEXO II - SÍNTESE DAS ENTREVISTAS EFETUADAS A ENTIDADES DA REGIÃO	



I. Sobre o estudo

I.1. Enquadramento, objetivos e âmbito

O presente documento constitui o relatório final produzido no âmbito da *“Prestação de Serviços de Proximidade para o Desenvolvimento e Acompanhamento do Centro de Mar, incluído no projeto âncora “Promoção da Náutica de Recreio e dos Desportos Náuticos”*. É sua finalidade contribuir para o desenvolvimento das intervenções regionais que suportem a aposta na náutica e na promoção da cultura marítima no Alto Minho, através de propostas conducentes à reconversão e valorização de empregos e à produção de competências.

Centrado no Alto Minho, e partindo de uma análise das principais dinâmicas verificadas nos diferentes setores ou fileiras que integram a Economia do Mar, nomeadamente ao nível do emprego e da formação, o relatório apresenta, sem prejuízo de uma abordagem compreensiva do conjunto das fileiras, um enfoque particular na área da náutica. Este constitui um domínio de aposta estratégica da região com tradução em investimentos e projetos relevantes como são o Centro do Mar, o novo equipamento no Clube Náutico de Ponte de Lima, a Campanha *“Viana Terra Náutica”* e o *“Náutica para Todos”*, um projeto com as escola e outros promovidos pelo GAC do Alto Minho.

Partindo de uma delimitação da *“Economia do Mar”* consensualizada em estudos e abordagens diversas, o relatório organiza-se, para além deste, nos seguintes capítulos: a) no capítulo II apresentam-se os resultados da análise de informação, quantitativa e qualitativa, sobre os setores/ fileiras consideradas; b) o capítulo III é dedicado à sinalização de problemáticas e desafios de qualificação e à identificação de perfis profissionais e empregos chave, c) no capítulo IV, identifica-se a oferta formativa existente na região e efetua-se uma abordagem das necessidades de formação; d) o capítulo V é dedicado à apresentação de um conjunto de propostas de ação de suporte à valorização dos empregos, da antecipação de competências profissionais chave e da organização de ações de formação que se afiguram pertinentes em face da antecipação de qualificações necessárias, da estratégia definida e



dos investimentos realizados e em curso, nomeadamente na área da náutica; e) por fim, no capítulo VI propõe-se um guião para a implementação de ações propostas.

A informação e propostas apresentadas no relatório intercalar foram objeto de discussão e de aprofundamento a partir dos contributos e reflexões gerados na discussão com a CIM do Alto Minho, das entrevistas adicionais efetuadas a atores setoriais e regionais e a partir da recolha de informação adicional. De referir que, relativamente à exploração de informação estatística, se concluiu não ser possível avançar mais em relação à análise produzida no relatório intercalar por manifesta falta de informação disponível devidamente desagregada por setor de atividade e por NUT 3.

1.2. Metodologia e fontes de informação

Para a produção deste relatório utilizou-se, fundamentalmente, e conforme acordado, uma metodologia de natureza qualitativa. Os documentos – estudos e publicações sobre a Economia do Mar, bem como documentação diversa, nacional e internacional, sobre empregos e competências para a Economia do Mar – e as entidades e agentes regionais, constituíram as principais fontes de informação da análise produzida.

Recorreu-se também, com o objetivo de apresentar uma súmula estatística das principais dinâmicas da Economia do Mar no Alto Minho, à informação estatística produzida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) relativa ao número de empresas, pessoal ao serviço e investimento dos setores da Economia do Mar. Contudo, os setores ou fileiras consideradas como parte integrante da Economia do Mar não encontram correspondência direta na Classificação das Atividades Económicas (CAE), dificultando uma caracterização fidedigna das dinâmicas de evolução do tecido empresarial, do emprego e do investimento nos setores que compõem o *cluster*. Adicionalmente, para um número relevante de CAE, não está disponível informação regionalizada que permita situar o Alto Minho no contexto da região do Norte ou do país.



Para além do INE, utilizou-se, quando necessário e pertinente, informação complementar disponível em publicações sobre o setor obtida a partir de fontes várias e identificadas.

Relativamente a fontes documentais, foram consultadas as seguintes publicações e estudos:

- Cooperar para melhor competir – Pólos de competitividade e tecnologia & outros *clusters*, publicação do COMPETE/ QREN.
- Publications List and Services 2011-2012, The Nautical Institute, London.
- Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional - www.catalogo.anqep.gov.pt;
- A Náutica como fator de desenvolvimento da região norte (monografia); Intercéltica – Associação Cultural, Desportiva e Turística, Julho de 2008;
- A Náutica como fator de desenvolvimento da região norte (manual do investidor); Intercéltica – Associação Cultural, Desportiva e Turística, Julho de 2008;
- Estudo “Elaboração do Plano de Criação de um Centro de Mar” – Relatório final, SAER, Junho 2008.
- Documento “O Mar e as Políticas Marítimas”, Parecer do CES, Julho 2008;
- Estudo “Viana do Castelo, cidade atlântica, com capital cultural e reconhecida excelência urbana e ambiental: orientações estratégicas para o reforço dos equipamentos urbanos estruturantes e de diferenciação urbana”, Quaternaire Portugal, Janeiro de 2009;
- Estudo de mercado e plano de atividades do arranque do Centro do Mar “Cida Náutica do Atlântico”, Relatório Final, SAER, Julho 2011
- Relatório *Blue Growth for Portugal*, COTEC, Novembro 2012;
- Relatório “Melhores Competências! Melhor Turismo”, CTP, 2013;
- Documentos diversos produzidos no âmbito do evento “Fórum do Mar”, OCEANO XXI, 2013;
- Estratégia e Plano de Ação “Alto Minho 2020”, Relatório final Junho de 2013.
- Apresentações efetuadas no Seminário “A Náutica como Fator de Diferenciação Regional: Experiência e Boas Práticas”, Viana do Castelo, 11 de Julho de 2013.

As entidades entrevistadas (21) foram as seguintes:

Entidade	Interlocutor	Atividade/ Setor	Local da entrevista
Cavaleiros do Mar, empresa de animação turística	Mário Leitão, empresário	Animação turística/ Turismo	Viana do Castelo
ETAP – Escola Profissional	Luís Presa, Diretor da Escola e Presidente da ANESPO	Educação e formação profissional	Viana do Castelo
FOR-MAR, Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (CFGP do IEFP)	Portela Rosa, diretor do Centro	Formação profissional/ Pescas e outras atividades	Viana do Castelo



Entidade	Interlocutor	Atividade/ Setor	Local da entrevista
Prova – Escola de Vela (microempresa)	Rui Martins (arquiteto e empresário)	Formação/ Náutica	Viana do Castelo
Escola Secundária de Ponte de Lima	Ana Paula Gonçalves, Presidente do Conselho Executivo	Educação básica e secundária	Ponte de Lima
Clube Náutico de Ponte de Lima (clube de canoagem)	Hélio Lucas, diretor do Clube	Promoção e organização de atividades náuticas em contexto educativo / Formação e desporto náutico (canoagem)	Ponte de Lima
Viana Locals	Rui Rodrigues (sócio-gerente)	Escola <i>Kitesurf</i> e Loja artigos desportivos/ Náutica	Viana do Castelo
Associação das Indústrias Navais (AIN)	Ventura de Sousa (Presidente da AIN)	Associação patronal/ Construção e reparação naval	Lisboa
Associação Portuária de Viana do Castelo, S.A. (empresa pública)	Vasco Cameira – Diretor-coordenador da APVC	Atividade Portuária, transportes e logística	Viana do Castelo
Aquamuseu do Rio Minho (projeto da Câmara Municipal)	Carlos Antunes – membro do CIIMAR	Atividade cultural e didática/ Turismo e cultura	Vila Nova de Cerveira
Surf Clube de Viana do Castelo	João Zemit, Direção do Clube	Promoção e organização de atividades náuticas/ Formação e desporto náutico (surf)	Viana do Castelo
Gelviana - Produtos Alimentares, Lda	Jorge Freitas, gerente	Distribuição de alimentos congelados e ultra-congelados	Viana do Castelo
Arco Clube de Remadores	António Cruz e Miguel Oliveira, membros da Comissão Instaladora	Promoção e organização de atividades náuticas/ Formação e desporto náutico (remo)	Viana do Castelo
Fórum Esposende (Associação sem fins lucrativos de utilidade pública)	Fernando Ferreira (presidente da associação)	Desenvolvimento local, cultura, animação turística/ Náutica	Esposende
Clube de Vela de Viana do Castelo	António Cruz (direção do Clube)	Promoção e organização de atividades náuticas/ Formação e desporto náutico (vela)	Viana do Castelo
Instituto Politécnico de Viana do Castelo/ Escola de Desporto e Lazer	Luís Paulo Rodrigues, diretor da Escola de Desporto (respostas enviadas por Manuela Vaz Velho, diretora da ESTG do IPVC)	Ensino Superior	Respostas às questões enviadas por email.
Navalethes	Portela Rosa (Gerente)	Pequeno estaleiro (construção e reparação de embarcações náuticas)	Viana do Castelo



(cont)

Entidade	Interlocutor	Atividade/ Setor	Local da entrevista
Associação Nacional de Surfistas	Francisco Rodrigues (Presidente)	Associação/ Surf	Lisboa
<i>Brunswick</i>	Joana Bernardo (responsável RH)	Indústria - Fabricação de barcos rígidos para a Náutica de Recreio	Viana do Castelo
Câmara Municipal de Viana do Castelo	Vitor Lemos (Vereador da Organização e Modernização Administrativa, Saneamento Básico e Desporto)	Administração Pública/ Autarquia	Viana do Castelo
Smart Value	Paulo Alves (gerente)	Consultoria	Viana do Castelo

Com base no conjunto de fontes, efetuou-se um tratamento estatístico simples da informação quantitativa obtida e uma análise ao conteúdo dos documentos e dos testemunhos, opiniões e visões dos interlocutores entrevistados.



II. Sobre o tecido empresarial e o emprego na Economia do Mar no Alto Minho

II.1. Os setores da Economia do Mar e suas dinâmicas gerais na região

O *Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar*, Estratégia de Eficiência Coletiva reconhecida pelo programa COMPETE em Agosto de 2009, foi definido como um conjunto de áreas de recursos e atividades (industriais, extrativas, comerciais, logísticas e de serviços) ligadas ao mar e às suas múltiplas utilizações em matéria de serviços, nomeadamente o turismo, o lazer, o desporto e a cultura. As atividades incluídas no *Cluster do Mar*, e que corporizam o conceito de Economia do Mar utilizado neste estudo são, globalmente, e sem prejuízo da discussão em torno da sua especificação e de outras definições complementares, as seguintes:

- Pesca, aquicultura e transformação do pescado, denominado genericamente como setor das pescas, incluindo a transformação e o comércio de pescado;
- Atividades portuárias, transportes e logística, designado genericamente por atividades marítimas e portuárias;
- Construção e reparação naval, incluindo aqui a construção e reparação de navios, barcos e embarcações, de transporte de pessoas e mercadorias e de recreio, metálicas e embarcações não metálicas (entre estas as utilizadoras de novos materiais compósitos);
- Atividades náuticas, integrando genericamente a náutica de recreio, os desportos náuticos e o turismo náutico;
- Energia e ambiente, destacando-se a produção de energia do mar e *offshore* e todas as atividades orientadas para a sustentabilidade económica e ambiental;
- Tecnologias marítimas, associadas, entre outros, a atividades de exploração subaquática;
- Atividades e animação turística e cultural, incluindo as desenvolvidas por empresas marítimo-turísticas, associadas ao mar, à sua utilização e seus recursos;



- Outras atividades produtivas relacionadas com a exploração e utilização de recursos do mar, como, por exemplo, a extração de sal marinho e a produção de gelo;
- A educação, a formação e a investigação, orientadas para o desenvolvimento das atividades da Economia do Mar.

A abordagem efetuada no âmbito deste estudo tomou em consideração o conjunto das atividades acima identificadas e procurou identificar as respetivas dinâmicas e necessidades ao nível do emprego, das qualificações e da formação. Contudo, as características do tecido económico da região, o conteúdo e natureza da informação estatística disponível (globalmente incompleta e pouco detalhada), a tipologia de entidades que foi possível entrevistar, mais centrada na fileira da náutica (situação decorrente da disponibilidade manifestada em tempo útil) ditaram o maior conhecimento, e aprofundamento da análise, de alguns setores em detrimento de outros. No que se refere à construção naval, setor de referência (emprego e produto) em Viana do Castelo, o período em que foi desenvolvido este estudo, coincidente com a discussão e propostas de reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, ditou a não oportunidade da exploração de informação e a elaboração de propostas em torno dos empregos e da formação.

Com base na informação e documentação recolhidas e analisadas, destacam-se, em termos gerais, as seguintes principais dinâmicas que permitem enquadrar, atualmente, a Economia do Mar do Alto Minho:

- Relativamente à pesca, aquicultura e transformação de pescado

Nos últimos anos, e à semelhança do que se verifica em todo o país, a pesca marítima tem perdido importância relativa enquanto atividade económica da região (em termos de produto e emprego), fruto de fatores internos, tecnológicos e organizacionais e, também, fatores relacionados com o contexto de enquadramento europeu e internacional da atividade. Contudo, a pesca em águas interiores, e de acordo com dados do INE para o



triénio 2008-2010, registou um crescimento em termos do número de empresas (34%, 63 empresas em 2010) e de pessoal ao serviço (33,3%, 64 pessoas ao serviço em 2010).

Na aquicultura, atividade que registava 9 empresas em 2010, 1 das quais de aquicultura em águas doces, parecem existir alguns constrangimentos ao seu desenvolvimento. São constrangimentos de carácter geral, associados sobretudo com a burocracia dos processos de licenciamento, estudos e pareceres, e de carácter mais regional, relacionados com a aquicultura de mar e com as características do atlântico na zona norte do país.

Apesar do potencial representado pela presença de espécies diversas, é ainda muito incipiente a dinâmica empresarial e económica desta atividade no Alto Minho. Existem, segundo apuramos no terreno, alguns projetos de investimento em apreciação, sendo necessário estudar mais aprofundadamente os constrangimentos e oportunidades associadas ao crescimento desta atividade – quer da aquicultura em águas salgadas e salobras quer da aquicultura em águas doces –, a fim de situar o seu contributo potencial para a economia da região.

A atividade de preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos está presente num número reduzido de empresas (6 em 2010 no Minho-Lima, segundo dados do INE), mas assume uma representatividade muito significativa em matéria de emprego (47% do emprego nos setores nucleares da Economia do Mar estava, em 2010, concentrado nesta atividade – INE, 2010¹). Destaca-se, neste âmbito, pela sua dimensão e presença em mercados internacionais, a Mar Ibérica localizada em Valença. Esta empresa, não dispõe de frota pesqueira própria, ao contrário de algumas concorrentes espanholas, nomeadamente da Galiza, adquirindo assim flexibilidade para a aquisição de produtos nas melhores origens. O comércio a retalho, e por grosso, de peixe, crustáceos e moluscos, tem registado globalmente um decréscimo da sua importância relativa, nomeadamente em termos de emprego, mas permanece uma atividade importante na região. A maior parte destas

¹ Cf. Referências às limitações dos dados disponibilizados pelo INE.



empresas operam no mercado nacional, sendo os fornecedores predominantemente espanhóis.

Na área das pescas e aquicultura destacam-se, pelo seu efeito demonstrativo do potencial do património e cultura marítimos, pelo efeito indutor de práticas de valor acrescentado e valorização do conhecimento e comunidades piscatórias locais, os projetos apoiados pelo Grupo de Ação Costeira do Litoral Norte (GAC do Alto Minho) no quadro do Promar. Acompanhar estas dinâmicas e antecipar as condições de sucesso destes projetos, nomeadamente ao nível da formação de competências que os permitem sustentar e desenvolver, revela-se um eixo crucial da aposta das entidades regionais, nomeadamente da CIM, no desenvolvimento sustentado da região e do aumento do valor acrescentado das atividades económicas. Destacam-se aqui alguns dos projetos em curso no domínio da valorização dos recursos, produtos e atividades piscatórias:

- Atividades de investigação orientadas para a definição de uma metodologia de âmbito regional com vista à posterior certificação de um sistema de gestão de origem dos produtos explorados na bacia hidrográfica do rio Minho, em particular de espécies como o salmão, o sável, a lampreia. Trata-se de um projeto do Aquamuseu do Rio Minho – *“Plataforma de apoio à certificação de recursos piscícolas do rio Minho”*;
- Projetos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, nomeadamente no âmbito da inovação no processamento de produtos do Mar (INOVEMAR) e do desenvolvimento de novas soluções tecnológicas para a apanha marítima (*“Desenvolvimento de novos covos para a apanha marítima”*);
- Projetos de inovação, desenvolvimento, promoção e comercialização de pescado, nomeadamente o desenvolvimento de novas áreas de negócio no domínio da comercialização de pescado fresco e transformado (Vianapesca, OP) e as campanhas de promoção e valorização do pescado (projeto CM Esposende, projeto Vianapesca,OP);



- Iniciativas de desenvolvimento e comercialização de novos produtos, apoiadas pelo GAC e levadas a cabo por particulares, como é o caso, entre outros, do projeto “*Solha Fumada*” – produção e comercialização de um produto de valor acrescentado posicionado no mercado *gourmet* – e o projeto “*A arte e os mar nos sabonetes*”, que aposta na transformação de um recurso natural proveniente do mar, as algas marinhas, em produtos cosméticos com qualidades medicinais;
- O projeto “*Aldeias do Mar*”, cujo promotor é a Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho e que, no âmbito valorização da cultura e património piscatórios e marítimos, engloba o lançamento de iniciativas orientadas para a sustentabilidade das comunidades piscatórias, através e planos de intervenção em aldeias piscatórias e da criação de uma plataforma de dinamização da capacidade empreendedora;

Existem assim, intervenções e nichos de atividades que permitirão - se acompanhados de intervenções estruturadas e intencionais, nomeadamente ao nível dos saberes, das competências e da organização - mobilizar o contributo dos saberes tradicionais e consolidados nas comunidades piscatórias, para projetos de desenvolvimento da Economia do Mar, nos domínios cultural, do turismo e da comercialização de novos produtos da pesca.

Por fim referir que, no seu conjunto, esta fileira, deverá conhecer uma tendência para a estabilização ou mesmo decréscimo da sua importância enquanto setor empregador. Apesar do potencial de algumas atividades, nomeadamente a aquicultura, o decréscimo da pesca marítima, que se associa, entre outros, aos efeitos da política comunitária na área das pescas e à proximidade da Galiza (região mais competitiva neste domínio), não deverá ser compensado, em termos de emprego, por novas atividades nesta fileira.



- No domínio da construção e reparação naval

Verifica-se a tendência para o decréscimo da importância do setor da construção naval (embarcações metálicas), enquanto setor empregador, associada à situação dos estaleiros navais de Viana do Castelo (construção e reparação de navios mercantes e militares - químicos, petroleiros, porta contentores, carga geral e vasos de guerra). Estes estaleiros, em atividade desde 1944, constituem a principal entidade empregadora da região e são uma empresa de referência na cidade e na região, com destaque ao nível da construção naval.

Apesar da tendência para a perda de importância empregadora deste setor, sinalizam-se, num contexto de viabilização desta empresa, os desafios de qualificação de grande parte das funções de operação e a emergência potencial de novos perfis profissionais, mais exigentes do ponto de vista tecnológico e integradores de saberes até há bem pouco tempo aplicados de forma isolada e protagonizados pelo trabalho especializado e segmentado. É neste contexto que se enquadram projetos de identificação e análise de necessidades de qualificação e formação, nomeadamente os desenvolvidos em colaboração com o Centro de Formação da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica (CENFIM), Centro de Formação de Gestão Participada do IEFP.

Identificam-se, paralelamente, e a avaliar pela informação recolhida em estudos de âmbito nacional e também no terreno, algumas dinâmicas, pontuais e (ainda) não estruturadas numa fileira de produtos ou serviços, ao nível da construção e reparação de embarcações não metálicas, de madeira, de fibra e/ ou outros materiais. Trata-se de um segmento com potencial significado em termos de produto, emprego, diferenciação de serviços, mercados, exportação, e eventuais contributos para a mobilização de conhecimento especializado da região, cujas dinâmicas deverão ser objeto de avaliação continuada.

São empresas de capital estrangeiro orientadas para a fabricação de barcos para a náutica (ex: *Brunswick*) ou de embarcações para pesca (ex: *Starfisher*) com presença forte no mercado internacional e que mobilizam trabalho qualificado (tecnologias, projeto,



organização, gestão) e, também, pequenos estaleiros especializados em determinado tipo de embarcações, profissionais e/ ou de recreio, que mobilizam profissionais locais e vão formando competências específicas, e que, num ou noutro caso, têm já produção de marca (ex: Searibs).

Em 2010, estavam registadas no INE, no Minho-Lima, 7 empresas dedicadas à construção de embarcações de recreio e desporto que empregavam 99 pessoas. São números, nomeadamente o relativo ao emprego, que certamente estão subavaliados, uma vez que uma das empresas presentes na região – a *Brunswick*, dedicada à fabricação de barcos rígidos para a náutica de recreio e que exporta, via a sede na Bélgica, toda a sua produção – emprega mais de 120 pessoas.

De entre os pequenos (e poucos) estaleiros, orientados para a construção e/ ou reparação de embarcações náuticas destaca-se a *Navaletes*, que tem um parceiro tecnológico espanhol e que constitui um estaleiro dedicado à construção e reparação de embarcações de recreio e, sobretudo embarcações semi-rígidas para uso profissional (com a marca Searibs), nomeadamente fiscalização e socorros a naufragos.

A construção de embarcações náuticas de recreio bem como de embarcações para uso profissional, utilizadoras de materiais novos e compósitos, constitui um segmento importante do ponto de vista da estruturação dos empregos e dos serviços na fileira da náutica, exigente em termos de qualificações e competências e no qual é sentida a necessidade de uma oferta estruturada de serviços de formação.

- No domínio das atividades marítimas e portuárias

A atividade marítima e portuária é, fundamentalmente, protagonizada pelo porto de Viana do Castelo (APVC). O porto tem várias valências (transporte comercial, pescas, recreio e parque industrial, etc), sendo a área dos transportes a mais representativa. Trata-se de um



porto em que a exportação tem um peso de, aproximadamente, 55% na atividade e cujos principais clientes são a Portucel e a Enercom. As atividades críticas são as atividades de exploração, nomeadamente no que respeita à acessibilidade marítima e aos serviços ao navio e à carga. Estes são domínios, cuja qualidade de serviço e competitividade têm de ser asseguradas, representando domínios de competências críticas.

De relevar que no domínio dos transportes marítimos (de passageiros e de mercadorias), e segundo dados do INE para 2010, não se encontrava registada qualquer empresa no Alto Minho, verificando-se apenas o registo de 3 empresas enquadradas nas atividades auxiliares dos transportes por água.

Com um peso pouco representativo em termos de emprego direto (48 pessoas ao serviço na empresa), a atividade e intervenção da APVC, e do porto de Viana, potenciam emprego indireto e impactos relevantes noutros setores da Economia do Mar, nomeadamente a náutica. Conforme constatado em diversos estudos e, nomeadamente no último estudo estratégico elaborado para a cidade, da autoria da Quaternaire Portugal, *“o porto de recreio de Viana do Castelo, localizado na margem norte, tem um enorme potencial para a navegação de recreio, facto que cada vez mais é comprovado pelo aumento crescente deste tipo de navegação nos últimos anos”*.

É neste contexto que a APVC efetuou e tem em curso projetos que visam resolver alguns dos problemas, infraestruturais e de requalificação urbana, ampliando a sua vocação e potenciando o desenvolvimento da náutica de recreio (intervindo na marina), da pesca (intervenção no porto de pesca) e do turismo urbano (requalificação da frente fluvial). A concretização do projeto da Marina Atlântica é, nesta perspetiva, decisivo do ponto de vista da dinamização da fileira da náutica e do turismo náutico.



De destacar também a importância que uma empresa como o porto de Viana do Castelo pode assumir, no apoio e acolhimento a projetos de investimento na área da Economia do Mar².

- Relativamente à náutica e ao turismo náutico

A relação privilegiada da região do Alto Minho (particularmente dos seus concelhos litorais) com o Atlântico, bem com os rios Minho e Lima, têm sido características estudadas e apontadas como enorme potencial para o desenvolvimento da náutica de recreio e turismo náutico, da náutica de desporto e para a organização e o acolhimento de competições e eventos náuticos. A presença, na região, de associações, clubes e, também, empresas, promotores de atividades náuticas nas diversas modalidades (*vela, surf, kitesurf, bodyboard, canoagem, remo, pesca desportiva, atividade subaquáticas, entre outras*), a presença (embora não regular e generalizada) das atividades náuticas em projetos de desporto escolar e a regularidade e expressão de eventos desportivos náuticos - competições, campeonatos, festivais, entre outros -, constituem evidências da dinâmica do tecido associativo e empresarial na região e do seu contributo, efetivo e potencial, para o desenvolvimento da Economia do Mar.

A náutica tem sido alvo de estudo e de atenção das associações e das instituições com intervenção na área da Economia do Mar. Ao nível da produção de informação e de conhecimento, absolutamente necessários ao desenho de políticas e intervenções estratégicas, eficazes e eficientes, destaca-se a elaboração, já em 2008, de duas monografias, da responsabilidade da Intercéltica, e mencionadas na lista da bibliografia consultada. Estas monografias apresentam uma caracterização e quantificação, possível, da situação e dinâmicas do setor na região norte do país.

² Estão em apreciação, no porto, pedido de licenciamento de atividades na área da aquacultura e alimentação e um pedido para uma plataforma flutuante com viveiros para crescimento de espécies



Contudo, a expressão e dinâmicas do setor, e das suas diferentes modalidades e atividades, não se refletem, ainda, nas estatísticas relativas ao emprego e tecido empresarial da região. Três fatores, diferenciados mas relacionados, poderão estar na base desta situação:

- Por um lado, o setor da náutica, conforme entendimento aqui explicitado e partilhado entre os atores, não encontra tradução direta, sendo de difícil apreensão nas estatísticas oficiais relativas ao tecido empresarial e emprego. A náutica não se encontra ainda estruturada como fileira ou setor em termos estatísticos;
- Por outro lado, as atividades náuticas de desporto e, também, de recreio, têm sido suportadas, predominantemente, em estruturas associativas sem quadro de pessoal exclusivamente dedicado àquelas atividades, frequentemente assentes em “voluntariado profissional” e carentes de profissionalização na gestão, situações que dificultam a estruturação de emprego, competências e recursos;
- Adicionalmente, são ainda muito escassos e pouco estruturados – opinião partilhada pela grande maioria de agentes ligados ao setor, na região – os serviços de apoio às atividades náuticas, sejam eles serviços de informação (à população e aos turistas), serviços de promoção e *marketing*, serviços de formação, serviços de apoio à maior permanência, na região, de praticantes das modalidades náuticas, ou serviços de transporte e logística que permitam, por exemplo, mobilizar segmentos de turistas que chegam ao Porto;

A atividade dos clubes e associações tem sido, predominantemente, orientada para o desporto de competição e a organização de eventos desportivos, nacionais e internacionais, que se constituem como fonte importante de receita. Embora se identifiquem dinâmicas muito interessantes e eficazes de serviço à comunidade e de investimento no alargamento da prática de desportos náuticos, é relevante a necessidade de a generalizar e reforçar. No que respeita ao turismo náutico, que assume um carácter predominantemente sazonal, e embora uma parte importante da oferta turística da região esteja relacionada com a náutica



de recreio e a náutica de desporto, não existe ainda uma oferta estruturada e divulgada de produtos e serviços de turismo náutico que se podem encontrar no Alto Minho.

À semelhança do que ocorre no país, também no Alto Minho o setor da náutica se encontra ainda, a montante a a jusante, significativamente fragmentado e à procura de sinergias que o potenciem como uma fileira de valor acrescentado. A qualificação e a cooperação do conjunto atores, equipamentos e infraestruturas disponíveis e a disponibilizar, são áreas a que importa conferir atenção.

O Centro do Mar – investimento mobilizador de competências e de vontades

Neste contexto, e enquadrado pelos desafios e apostas da estratégia nacional e do Plano de Ação Regional para o mar (Agenda do Mar 2007-2013, CCDR-N 2007), emergiram recentemente na região alguns projetos e investimentos que traduzem a vontade de afirmação de uma estratégia regional no domínio da náutica e uma oportunidade para pensar estrategicamente o setor e promover as sinergias necessárias entre atores e instituições.

Referimo-nos, nomeadamente, à emergência e desenvolvimento de projetos diversos no domínio do turismo náutico e do ecoturismo, apoiados pelo GAC, e que poderão alicerçar novas ofertas, densificar o tecido de serviços e mobilizar ativos locais, ao investimento na construção de um centro de estágio no Clube náutico de Ponte de Lima e, sobretudo, ao investimento na construção do Centro do Mar em Viana do Castelo (projeto âncora do Programa de Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva “Cluster do Conhecimento e Economia do Mar”)

O Centro do Mar - infraestrutura que integra um conjunto de equipamentos e serviços náuticos – tem por finalidade contribuir para posicionar a região e a cidade de Viana do Castelo como cidade atlântica de qualidade, bem como, contribuir para a valorização do património existente.



O Centro do Mar prevê, entre outros, a sede do Centro de Desportos Náuticos e a expansão e qualificação de instalações náuticas (marina, edifícios de apoio, apetrechamento de estaleiros de apoio, etc), a criação e beneficiação de infraestruturas de apoio aos desportos náuticos, o acolhimento de atividades de construção e reparação de embarcações de recreio e o investimento na valorização de elementos patrimoniais e ambientais que permitam acolher serviços à náutica. Integra 4 principais equipamentos – Centro Náutico de Remo, Centro Náutico de Vela, Centro Náutico de Canoagem e Centro de Alto Rendimento do Surf – cujo funcionamento e atividades se deverão articular com dois outros projetos estruturantes: o Edifício Farol - Gil Eanes e a Marina Atlântica.

Este investimento e a entrada em funcionamento dos equipamentos e serviços por ele permitidos traduz, no quadro da valorização da cultura e vivências marítimas, uma aposta no desporto náutico e no desenvolvimento económico da região, através do turismo náutico e da náutica de recreio.

Na fileira náutica, a estruturação de iniciativas pontuais e/ ou de dinâmicas em curso pode ser alavancada com a entrada em funcionamento do Centro do Mar. Sinalizam-se duas áreas chave que poderão beneficiar daquele projeto, e que exigem políticas, estratégia, organização e lideranças institucionais que permitam a sua sustentabilidade:

- O turismo náutico, com a mobilização de mais e novos públicos, a criação de infraestruturas suporte, nomeadamente ao nível das condições de atracagem de embarcações, a estimulação de serviços complementares que permitam organizar o *cluster* de atividades ligadas à resposta turística da região e a aposta na qualificação dos empregos. A sustentabilidade da aposta no turismo náutico na região do Alto Minho exige intervenções estruturadas na qualificação de serviços à náutica e uma política de promoção e *marketing* devidamente direcionada;



- A construção e reparação de embarcações tradicionais, de embarcações de recreio e, de um modo geral de embarcações não metálicas para fins diversos, utilizadoras de novos materiais, e que explorem nichos de mercado, nacionais e internacionais, e promovam a mobilização de saberes e *Know-how* existente na região. Constituem já exemplos desta dinâmica, alguns projetos em curso, apoiados pelo GAC do Alto Minho através do Promar, como a mobilização de embarcações de pesca para suporte a atividades marítimo-turísticas e a construção de um protótipo de embarcação energética para a pesca local, que alia as preocupações de proteção ambiental e de eficiência energética à redução de custos de manutenção das embarcações.

Por último, importa destacar que a estratégia definida para o Centro do Mar - “*Viana Terra Náutica*” - está ancorada na valorização de “Uma cidade que se relaciona com o Mar” e na aposta no alargamento de públicos e, nomeadamente, na mobilização, para as atividades náuticas, do público escolar, crianças e jovens.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Viana do Castelo tem em curso protocolos com todos os Clubes para a exploração dos equipamentos do Centro do Mar que estabelecem condições, nomeadamente ao nível dos horários de funcionamento e da dotação de recursos, para o alargamento da prática de modalidades náuticas à população escolar (projeto “*Náutica para Todos*”) e à comunidade (nomeadamente da mobilização, para a prática das modalidades, de públicos com necessidades especiais e idosos).

Constituem pilares desta estratégia “*Viana Terra Náutica*”, o reforço da ligação da população com a água e as atividades nelas desenvolvidas, e a mobilização, de forma incremental, de toda a população escolar, no âmbito das atividades curriculares de Educação Física, para a prática de natação (1º ciclo) e modalidades náuticas (a partir do 2º ciclo).

É indispensável contudo, e também na ótica da sustentabilidade de todos estes projetos, pensar nas implicações e desafios que, em matéria de gestão, organização e competências, o



alargamento, diversificação e profissionalização dos serviços oferecidos pelos clubes e pelos novos equipamentos vão gerar.

Assim, uma vez criada a visão e a marca “Viana Terra Náutica”, importa apostar em modelos de organização e de gestão que permitam enquadrar serviços de valor acrescentado, densificar o tecido empresarial e associativo na área da náutica, identificar competências chave, mobilizá-las e formá-las, e executar uma estratégia de comunicação e *marketing* que permita atrair novos públicos e que favoreça o alinhamento destas apostas com as dinâmicas institucionais e de participação da população.

- Relativamente a outros setores e atividades da Economia do Mar

No que respeita a outras atividades/ setores da Economia do Mar sem expressão significativa na região, e considerando preocupações e sugestões manifestadas por atores locais, afigura-se importante acompanhar a política energética e os investimentos em curso nomeadamente no âmbito das energias marinhas renováveis. Importa criar condições de atração de empresas e investimento, intervindo ao nível do acolhimento e da informação de potenciais investidores, da cooperação institucional e do *marketing* da região.

Adicionalmente, a permanente aposta no conhecimento e, nomeadamente, a formação e a investigação no mar e nos rios, estimulando a participação em projetos de cooperação com universidades e centros de investigação e consolidando iniciativas pontuais em curso³, contribuirão decisivamente para a sustentabilidade e desenvolvimento da Economia do Mar na região. A investigação marítima, as atividades subaquáticas e a formação e investigação orientadas para a preservação de recursos, a criação de marcas regionais de referência, a sustentabilidade ambiental e a exploração de novos recursos com forte potencial económico

³ A este propósito, sinalizam-se, nomeadamente, as experiências de investigação marítima em curso no Fórum de Esposende, orientadas para a preservação das espécies e sustentabilidade ambiental bem como projetos desenvolvidos pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo e apoiados pelo GAC, no âmbito do Promar.



(ex: algas) afiguram-se domínios importantes de análise e investimento. Neste âmbito, sinaliza-se a presença, na região do Alto-Minho, de 3 empresas dedicadas à apanha de algas e de outros produtos do mar (INE, 2010) e de duas empresas de investigação e desenvolvimento em biotecnologia (INE,2010).

Particularmente crítico, relevante e oportuno, do ponto de vista da sustentabilidade da aposta na Economia do Mar no Alto Minho, é a aposta no reforço e alargamento de uma “cultura do mar”. Sinalizam-se aqui três âncoras chave:

- Investir em projetos que permitam a preservação da memória e da história da relação da região com o mar (eventos culturais, educativos e recreativos, equipamentos culturais, etc). Neste âmbito destaca-se o projeto para o navio Gil Eanes, cujo programa de conteúdos está a ser elaborado;
- Promover iniciativas que preservem e mobilizem saberes tradicionais relacionados com a pesca e as atividades marítimas, sendo de sinalizar, neste âmbito, o projeto Aldeias do Mar que está a ser apoiado pelo GAC, através do Promar, conforme já referido em ponto anterior;
- Investir no alargamento da base de residentes praticantes das modalidades náuticas, nomeadamente no seio da população jovem e escolar.

A aposta no alargamento continuado da base de praticantes das modalidades náuticas, através sobretudo do trabalho com as escolas, constitui uma estratégia e uma prática recente no que respeita às modalidades náuticas enquadradas pelo Centro do Mar, estando já consolidada no que se refere à canoagem em Ponte de Lima. De facto, o trabalho com as escolas e a comunidade tem sido um dos elementos de sustentabilidade e crescimento desta modalidade e da afirmação do Centro Náutico de Ponte de Lima/ Canoagem como referência turística e desportiva.



Do mesmo modo, o projeto “Náutica para Todos”, já referido anteriormente, e enquadrado na estratégia definida para o Centro do Mar, constitui um projeto âncora, fundamental, do ponto de vista do reforço e desenvolvimento de uma cultura náutica no Alto Minho.

II.2. Elementos de caracterização estatística

A informação estatística utilizada nesta abordagem tem como fonte o INE, foi obtida a pedido da OCEANO XXI junto do Ministério da Economia e respeita aos anos de 2008, 2009 e 2010. As atividades/ setores incluídos no que denominamos por Economia do Mar, têm correspondência na Classificação das Atividades Económicas (CAE), enquadram-se na definição de *Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar* (capítulo II.1. deste relatório) e foram selecionadas pelos parceiros do *cluster* como atividades e setores a incluir na análise estatística,

Não existe, ao nível da CAE, uma classificação e especificação de atividades que permita uma abordagem estatística, direta e fidedigna, da Economia do Mar. Considera-se contudo, e com base no entendimento consensualizado dos agentes e operadores, que aquela integra setores e atividades nucleares, as que corporizam o seu núcleo central de produção, valor e serviços, bem como atividades não nucleares ou de suporte (anexo I).

A descrição completa das atividades para as quais foi solicitada e recolhida informação encontra-se no Anexo I deste relatório, o qual integra também quadros estatísticos com dados discriminados que permitiram a elaboração da súmula estatística apresentada neste capítulo.

Três notas prévias, de contextualização desta abordagem estatísticas, se impõem:

- É relevante o número de atividades, nomeadamente atividades nucleares, para as quais não está disponível informação estatística relativa ao volume de emprego



(número de pessoas ao serviço), investimento, volume de negócios e valor acrescentado bruto (VAB). Deste modo, a importância relativa na Economia do Mar do Alto Minho, no que respeita a estas grandezas estatísticas, poderá estar subvalorizada, bem como o estará o seu peso relativo no conjunto da atividade económica;

- Não é possível caracterizar estatisticamente o emprego, produção, investimento ou valor acrescentado do conjunto, e de cada um, dos setores que integram a Economia do Mar. A designação das atividades integradas na CAE, mesmo a cinco dígitos, dificilmente espelham e/ ou permitem individualizar setores e empresas que nela operam;

- Não é possível identificar, em termos estatísticos, o peso relativo da náutica, de recreio ou de desporto, quer no Minho-Lima quer na região norte ou no país. Ainda que pertencendo aos clubes a principal atividade nesta matéria, não é possível identificá-los estatisticamente e, para além disso, as empresas que operam nas diversas atividades relacionadas com a náutica – formação, organização de eventos, turismo náutico, etc - aparecem contabilizadas num grupo vasto de empresas, que incluem muitas outras que não operam na Economia do Mar.

Tendo em conta as ressalvas anteriormente apontadas, apresentam-se seguidamente alguns elementos que permitem aferir da evolução estatística do emprego (número de pessoas ao serviço) e das empresas associadas à Economia do Mar no Alto Minho (também designado Minho-Lima). Sempre que os dados o permitem, sinalizam-se as principais dinâmicas em matéria de volume de negócio, investimento e valor acrescentado do conjunto de setores que a integram.



A economia do mar no Minho-Lima em 2010

	Valor	% no total da economia do Minho-Lima	% do Minho-Lima na região norte	var. 2009/2010
Número de empresas	1.392	5,9%	7,9%	-5,3%
Emprego (nº pessoas ao serviço)	2.716	4,04%	4,8%	-33,8%
Volume de Negócios (VN) (€)	225.153.314	4,7%	3,5%	-74,0%
Investimento/ FBCF (€)	9.652.872	3,3%	1,5%	-59,4%
Valor acrescentado bruto (VAB) (€)	65.994.619	5,5%	3,7%	-45,8%

Fonte: Ine

Obs: devido ao facto de não estarem disponíveis dados relativos ao emprego, VN, FBCF e VAB para um conjunto significativo de atividades, os dados globais para estes agregados apresentam um grau de inconsistência considerável

Em 2010, estavam registadas no Minho-Lima, 1392 empresas a exercer atividade em setores integrados na Economia do Mar. Este tecido empresarial representava cerca de 6% do das empresas (todos os setores) localizadas no Alto Minho e cerca de 8% do tecido empresarial da Economia do Mar da região norte do país.

Nestas 1392 empresas trabalhavam 2716 pessoas (4% do emprego da região do Alto Minho), traduzindo uma dimensão média de 2 pessoas ao serviço/ empresa e um peso relativo na Economia do Mar da região norte de 4,8% em termos de emprego, inferior ao verificado em relação à variável número de empresas.

Das 1392 empresas registadas, 32,7% (455 empresas) desenvolviam atividades consideradas nucleares e as restantes (67,3%) inseriam-se em atividades suporte. Quanto ao volume de emprego a tendência era semelhante – o emprego era mais significativo nas empresas suporte do que nas empresas com atividades nucleares (71,3% do total de pessoas ao serviço no conjunto das empresas, exerciam atividade em setores suporte da Economia do Mar e 28,7% em atividades nucleares).

O volume de negócios gerado por este Cluster no Minho-Lima representou, em 2010, 4,7% da economia daquela região e 3,5% do volume de negócios gerado pela Economia do Mar do conjunto da região norte. Para a Economia do Mar do Alto Minho foi canalizado 3,3% do



total do investimento naquela região e 1,5% do investimento realizado no conjunto da região norte.

A avaliar pela evolução estatística dos agregados macroeconómicos considerados, a Economia do Mar tem vindo a perder importância económica no Minho-Lima, nomeadamente em termos de empresas e emprego, à semelhança, aliás, do que parece ocorrer na grande maioria dos setores de atividade.

Contudo, e apesar de esta ser uma dinâmica associada às tendências de retração da economia verificadas a partir de finais da década de 2000, **os elementos estatísticos disponibilizados não nos permitem concluir, com o mínimo de consistência, sobre a real evolução do tecido empresarial, do emprego, do investimento ou do volume de negócios no Minho-Lima, na região ou no país.**

O Alto Minho no contexto regional e nacional

Sobre a importância relativa da Economia do Mar do Minho-Lima, no contexto da região norte e do país, sistematizam-se no quadro seguinte as principais dinâmicas estatísticas. Releva-se, novamente, que a ausência de informação, para um número significativo de atividades, relativamente ao emprego, volume de negócios (VN), investimento e valor acrescentado bruto (VAB), exige muita prudência na análise destes dados, tornando-se necessário completar e enriquecer a sua leitura com elementos complementares de informação.



Importância relativa de variáveis macroeconómicas no Minho-Lima, comparativamente ao País e à Região: total da economia e cluster da economia do mar - 2010

	Total economia	Economia do mar		
		Total do cluster	Atividades nucleares	Atividades suporte
Peso relativo no País (Minho-Lima/ Portugal)				
Empresas	2,1%	2,3%	3,6%	2,0%
Emprego	1,8%	1,4%	1,5%	1,4%
VN	1,3%	1,0%	1,1%	1,0%
Investimento/ FBCF	1,2%	0,7%	0,2%	0,9%
VAB	1,4%	1,2%	0,7%	1,3%
Peso relativo na região (Minho-Lima/ região Norte)				
Empresas	6,5%	7,9%	15,5%	6,4%
Emprego	5,4%	4,8%	5,7%	4,5%
VN	4,9%	3,5%	4,0%	3,3%
Investimento/ FBCF	4,8%	1,5%	0,6%	1,8%
VAB	5,0%	3,7%	3,1%	3,9%

Fonte: INE

A importância relativa do número de empresas da Economia do Mar do Minho-Lima no contexto da região norte é significativa (7,9%), quando comparada com o peso que assume o conjunto das empresas do território em estudo na mesma região norte (6,5%). Se considerarmos apenas as atividades nucleares da Economia do Mar, verificamos que 15,5% das empresas da região norte estão localizadas no Minho-Lima e representam 5,7% do emprego (peso superior ao que se verifica se considerarmos o conjunto da economia).

A avaliar pelos dados de 2010, a Economia do Mar no Minho-Lima é sobretudo significativa, no contexto da região e do país, no que respeita à estrutura empresarial (nº de empresas). As atividades nucleares da Economia do Mar do Minho-Lima assumem, em termos de empresas e emprego (e ao contrário do que aparece ocorrer ao nível dos outros agregados considerados), e nos contextos regional e nacional, um peso mais significativo que as atividades suporte. A esta realidade não serão alheios, a presença de um (ainda) importante volume de emprego no setor da construção e reparação naval em Viana do Castelo (não devidamente traduzido nos dados estatísticos), a atividade marítima e portuária, a presença de empresas de construção de embarcações de recreio e desporto (7 empresas em 2010



com um total de 99 pessoas ao serviço), e também, o significativo volume de emprego associado ao comércio por grosso e a retalho de peixe e outros recursos do mar.

Observemos agora, e utilizando apenas as variáveis número de empresas e emprego (número de pessoas ao serviço) a estrutura setorial da Economia do Mar no que respeita às atividades nucleares:

Número de empresas por localização geográfica (NUTS-2002) e atividade económica (subclasse - CAE Rev. 3)	2008		2009		2010	
	Minho-Lima	Peso Regional (Minho-Lima / Norte)	Minho-Lima	Peso Regional (Minho-Lima / Norte)	Minho-Lima	Peso Regional (Minho-Lima / Norte)
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total da Economia	24.566	6,33	24.284	6,41	23.675	6,47
Total Polo/Cluster (1 + 2)	1.557	7,56	1.470	7,74	1.392	7,92
Act. Nucleares (1)	460	14,71	456	15,11	455	15,52
0311 Pesca (marítima e águas interiores)	226	34,14	237	35,37	251	37,13
03210 Aquicultura em águas salgadas e salobras	9	34,62	6	26,09	8	34,78
03220 Aquicultura em águas doces	1	25,00	1	25,00	1	25,00
08931 Extração de sal marinho	0		0		0	
1020 Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos	6	6,45	6	7,59	6	8,22
10913 Fabricação de alimentos para aquicultura	0		0		0	
1394 Fabricação de cordoaria e redes	4	17,39	3	15,00	2	10,53
3011 Construção de embarcações (metálicas e não metálicas) e estruturas flutuantes, exceto de recreio e desporto	12	50,00	11	50,00	8	40,00
30120 Construção de embarcações de recreio e de desporto	8	72,73	7	77,78	7	70,00
33150 Reparação e manutenção de embarcações	5	17,24	5	17,24	6	18,18
35302 Produção de gelo	0	0,00	0	0,00	0	0,00
3700 Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais	1	4,35	2	9,09	0	0,00
46381 Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos	34	13,08	35	13,62	34	13,99
47230 Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados	142	9,13	130	8,86	120	8,59
5010 Transportes marítimos de passageiros (costeiros e não costeiros)	1	33,33	1	16,67	0	0,00
50200 Transportes marítimos de mercadorias	0	0,00	0	0,00	0	0,00
50400 Transporte de mercadorias por vias navegáveis interiores	0		0		0	
52220 Atividades auxiliares dos transportes por água	2	18,18	3	27,27	3	27,27
5229 Atividades dos agentes transitários, aduaneiros e de outras atividades de apoio ao transporte	7	1,90	7	1,91	7	1,92
72110 Investigação e desenvolvimento em biotecnologia	2	12,50	2	13,33	2	11,76
77340 Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial	0	0,00	0	0,00	0	0,00
93292 Atividades dos portos de recreio (marinas)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Act. de Suporte (2)	1.097	6,28	1.014	6,35	937	6,40

Fonte: INE, 2008, 2009 e 2010

Obs: valores em branco = informação não disponível



		2008		2009		2010	
Pessoal ao serviço (nº) por localização geográfica (NUTS-2002) e atividade económica (subclasse - CAE Rev. 3)		Minho-Lima	Peso Regional (Minho-Lima / Norte)	Minho-Lima	Peso Regional (Minho-Lima / Norte)	Minho-Lima	Peso Regional (Minho-Lima / Norte)
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total da Economia		70.485	5,35	69.529	5,44	67.066	5,36
Total Polo/Cluster (1+2)		4.716	8,03	4.105	7,13	2.716	4,76
Act. Nucleares (1)		1.776	11,75	1.361	9,75	777	5,72
0311	Pesca (marítima e águas interiores)	537	16,72	536	17,40		
03210	Aquicultura em águas salgadas e salobras					8	25,81
03220	Aquicultura em águas doces						
08931	Extracção de sal marinho	0		0		0	
1020	Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos	428	25,52	373	23,18	372	21,20
10913	Fabricação de alimentos para aquicultura	0		0		0	
1394	Fabricação de cordoaria e redes	84	4,16	65			
3011	Construção de embarcações (metálicas e não metálicas) e estruturas flutuantes, exceto de recreio e desporto						
30120	Construção de embarcações de recreio e de desporto	397	86,87			99	
33150	Reparação e manutenção de embarcações						
35302	Produção de gelo	0		0		0	
3700	Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais					0	
46381	Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos	149	15,78	100	11,40	83	10,78
47230	Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados	170	9,13	168	9,18	151	8,47
5010	Transportes marítimos de passageiros (costeiros e não costeiros)					0	
50200	Transportes marítimos de mercadorias	0	0,00	0	0,00	0	0,00
50400	Transporte de mercadorias por vias navegáveis interiores	0		0		0	
52220	Actividades auxiliares dos transportes por água			107	30,40		
5229	Actividades dos agentes transitários, aduaneiros e de outras atividades de apoio ao transporte						
72110	Investigação e desenvolvimento em biotecnologia						
77340	Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial	0	0,00	0		0	0,00
93292	Actividades dos portos de recreio (marinas)	0		0		0	
Act. de Suporte (2)		2.940	6,74	2.744	6,29	1.939	4,46

Fonte: INE, 2008, 2009 e 2010

Obs: valores em branco = informação não disponível

A náutica, de recreio e de desporto, não aparece, conforme já sinalizado, refletida no núcleo de atividades da Economia do Mar.



As poucas empresas e o emprego nas atividades náuticas estarão, muito provavelmente contempladas em atividades consideradas suporte, e dispersas por áreas como as atividades desportivas e recreativas, as outras atividades desportivas, a organização de atividades de animação turística e o aluguer de bens recreativos e desportivos. Por seu turno, nos dados relativos ao pessoal ao serviço, o principal empregador – Estaleiros Navais de Viana do Castelo – não aparece refletido nos dados do respetivo setor.

Podemos assim constatar, pela leitura dos quadros anteriores - nomeadamente dos dados relativos à estrutura do pessoal ao serviço por setor de atividade – que, conforme anteriormente sinalizado, é pouco fidedigno traçar o perfil de emprego na Economia do Mar do Minho-Lima. É relevante o número de informação não disponível, o que inviabiliza quer comparações com anos anteriores quer a identificação minimamente rigorosa do peso relativo de cada setor ou atividade.

Contudo e efetuando uma leitura genérica dos dados compilados, podemos afirmar que a pesca (marítima e de água interiores) tem sido uma atividade empregadora com alguma importância, ainda que em decréscimo acentuado. A preparação de peixes, crustáceos e outros moluscos, bem como o comércio por grosso e a retalho destes recursos, assumem uma importância relevante no emprego da Economia do Mar da região do Alto Minho. A construção e reparação naval, apesar de não estarem disponíveis dados estatísticos, é, devido à atividade dos estaleiros em 2010, um setor especialmente contributivo para a economia da região. A construção de embarcações de recreio e de desporto conheceu, por sua vez, uma forte quebra no volume de emprego associado.



**As sete atividades nucleares da economia do mar
predominantes no Minho-Lima, em termos de número de
empresas - 2010**

Atividade	Nº de empresas na atividade/ Total de empresas atividades nucleares (%)
Pesca (marítima e águas interiores)	55,2%
Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados	26,4%
Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos	7,5%
Aquicultura em águas salgadas e salobras	1,8%
Construção de embarcações (metálicas e não metálicas) e estruturas flutuantes, exceto de recreio e desporto	1,8%
Construção de embarcações de recreio e de desporto	1,5%
Atividades dos agentes transitários, aduaneiros e de outras atividades de apoio ao transporte	1,5%
Fonte: INE	

Nota: Observar as limitações estatísticas referidas

No que respeita à estrutura empresarial, e sendo os dados estatísticos mais consistentes, identificaram-se os sete setores nucleares mais importantes, destacando-se a pesca – com mais de 50% das empresas do núcleo central de empresas da Economia do Mar – seguindo-se o comércio a retalho e por grosso e a retalho de peixes, crustáceos e outros moluscos e, com uma importância empregadora bastante inferior, a aquicultura, a construção de embarcações e a atividades de transportes.

II.3. Problemas e desafios institucionais e de contexto

Sinalizam-se neste capítulo, problemáticas e desafios presentes na abordagem do desenvolvimento da Economia do Mar no Alto Minho sobre os quais se considera relevante refletir e intervir. São problemáticas e desafios, num ou noutro caso generalizáveis ao país, relativos ao tecido institucional, ao tecido empresarial, ao emprego e ao investimento que enquadram a discussão sobre competências, perfis profissionais e formação e que surgem



no discurso dos atores como constrangimentos ou áreas às quais importa conferir particular atenção.

Com base na informação recolhida e na reflexão e análise efetuadas, elegeram-se as seguintes quatro grandes problemáticas/ desafios, que embora tenham incidência variável nos setores e atividades, atravessam e condicionam, globalmente, o desenho e/ ou a concretização de intervenções orientadas para o desenvolvimento da Economia do Mar no Alto Minho. São eles: a cooperação entre operadores e organismos; a profissionalização das estruturas e das ofertas; o quadro legislativo; e a qualidade da informação estatística.

Reforçar a cooperação entre organismos e operadores

Quando se aborda, com as entidades e operadores presentes no Alto Minho, as possibilidades e oportunidades de desenvolvimento da Economia do Mar, das suas atividades e dos seus setores, são recorrentes e generalizadas as referências à importância da cooperação institucional, nomeadamente entre organismos públicos, associativos e privados, bem como à insuficiência e às dificuldades dessa mesma cooperação. É entendimento generalizado que este problema decorre de três principais fatores:

- Alguma pulverização de estruturas e entidades que se sobrepõem em termos de áreas de intervenção, nomeadamente no que respeita às atividades marítimas e à utilização de recursos e infraestruturas;
- Ausência, ou desconhecimento, por parte dos atores, de uma estratégia integrada (não apenas setorial) de promoção e desenvolvimento da Economia do Mar da região que confira sentido às dinâmicas em curso e mobilize vontades e competências;
- Perfil de intervenção individualista de grande parte dos operadores.



Independentemente da discussão sobre as razões da insuficiente cooperação, bem como das dinâmicas de cooperação já em curso no âmbito da entrada em funcionamento do Centro do Mar (nomeadamente na construção do projeto “Náutica para Todos”) e das práticas de cooperação já efetivadas, importa reforçar alguns aspetos centrais associados à importância da cooperação e complementaridade de recursos.

A náutica, de recreio e de desporto, enquanto atividade chave para a afirmação da Economia do Mar na região, encontra-se fortemente dependente de uma estratégia de promoção e de *marketing* de atividades e serviços. Esta estratégia requer, para a sua concretização, complementaridade de intervenções e cooperação entre operadores. Devido à diversidade de atividades e de perfis dos operadores náuticos, bem como aos efeitos diretos e indiretos nas dinâmicas sociais (educação, formação, intervenção na comunidade, etc), económicas (potencial de serviços e empregos gerados, nomeadamente) e financeiras (forte potencial de captação de receitas por via da organização de eventos europeus e mundiais), bem como à necessidade de diálogo e cooperação com organismos diversos e operadores marítimos, o setor da náutica constitui um palco privilegiado para a identificação dos “custos da não cooperação”.

Refira-se, a este propósito, e a título exemplificativo, desafios associados à entrada em funcionamento do Centro do Mar, e dos equipamentos náuticos nele integrados, que pretende constituir-se como pólo de afirmação da cidade de Viana do Castelo e região envolvente como uma cidade náutica do atlântico:

- A náutica e o turismo náutico, enquanto fontes de riqueza e desenvolvimento da região não podem ser pensados independentemente das infraestruturas e serviços oferecidos ao “navegador”, desportista ou turista, em mar e em terra, e exigem a articulação com a construção e reparação de embarcações de recreio, a gestão de equipamentos e serviços náuticos e a valorização de elementos ambientais e patrimoniais que favoreçam a competitividade e diferenciação da região;



- É consensual entre os operadores náuticos, fazendo parte do protocolo celebrado com a Câmara Municipal para a exploração dos equipamentos construídos no âmbito do Centro do Mar, que é necessário investir no alargamento da base de praticantes dos desportos náuticos como elemento da sustentabilidade dos investimentos na área náutica e da valorização do serviço à comunidade em matéria desportiva, social e educativa. Esta estratégia tem sido desenvolvida, com sucesso, pelo Clube Náutico de Ponte de Lima, e implica a forte cooperação com a Câmara Municipal, com as instituições sociais e associações e com as escolas. Sem contratualização de programas, e sem interlocução e mobilização dos professores e das escolas, responsáveis pela apresentação dos projetos de desporto escolar e pelo desenvolvimento das componentes curriculares na área do desporto, não é possível alargar, consolidar e sustentar a prática de atividades náuticas e promover a “cultura de mar” na região;

- Afigura-se igualmente pertinente encontrar e definir espaços de complementaridade entre a atividade dos clubes e a atividade das empresas que operam na náutica de recreio e de desporto. Os clubes possuem recursos, conhecimento e capital de experiência que são fundamentais e indispensáveis para a formação náutica da população, para o reforço de uma cultura náutica e para a dinamização de iniciativas e eventos que consolidem a atratividade da região. As empresas de turismo, formação ou serviços náuticos, que podem desenvolver, ao contrário dos clubes, atividades lucrativas, devem ser operadores privilegiados nas estratégias de atração do turismo náutico e de criação de novos serviços, devendo beneficiar, através do estabelecimento de protocolos de utilização, da base de infraestruturas e equipamentos náuticos disponíveis;

- O GAC do Alto Minho, através do financiamento do Promar, tem apoiado projetos que podem constituir casos de estudo para a identificação e para a criação de condições de enquadramento e apoio à iniciativa privada na organização e oferta de serviços marítimo-turísticos, de atividades de comercialização de produtos do mar e de



ofertas turísticas que integram e valorizam elementos patrimoniais e culturais da região. Importa pois conhecer e analisar os elementos de sucesso e insucesso de dinâmicas e projetos em curso para se intervir nas suas condições de sustentabilidade e alargamento;

- A evolução pretendida para o Centro do Mar, enquanto projeto âncora da aposta na Economia do Mar no Alto Minho, vai exigir qualidade e diversificação de serviços à náutica e de serviços turísticos, uma comunicação eficaz e segmentada, organização de recursos e uma forte articulação com valores, património e iniciativas culturais, no sentido de ser possível organizar e promover produtos de valor acrescentado para a economia regional. Neste contexto, valeria a pena acompanhar as dinâmicas em curso no âmbito do apoio ao empreendedorismo local, desenvolvidas nomeadamente no âmbito do projeto “Aldeias do Mar”, mas não só, com o objetivo de identificar ideias e potenciais operadores;

- Por fim, e na articulação pretendida entre o funcionamento do Centro do Mar, o projeto Gil Eanes e o património e cultura locais, importa incorporar também o conhecimento decorrente do desenvolvimento de projetos de inovação e investigação em curso no domínio da Economia do Mar.

A Comunidade Intermunicipal do Alto Minho pode ter um papel bastante relevante na proposta de plataformas, áreas e processos de cooperação entre os operadores e organismos, desde logo através da criação de espaços e contexto de partilha de conhecimento e de problemas. Pode também mobilizar parceiros com conhecimento especializado sobre algumas matérias, organizando e gerindo conhecimento, e intervir ao nível da sensibilização para as questões organizativas associadas aos investimentos em curso.



Profissionalizar e qualificar estruturas, operadores e intervenções

A problemática da profissionalização e qualificação aparece, nos discursos e reflexões dos atores, associadas a vertentes diferentes, mas complementares, das estratégias e intervenções em curso.

Desde logo surge associada à dedicação exclusiva, medida em termos de afetação temporal, aos projetos e às instituições que os desenvolvem. Esta questão é frequentemente referida pelos clubes náuticos, cuja atividade, sobretudo numa base de voluntariado, conhece e conhecerá novos desafios de gestão e organização com os investimentos em curso.

A questão emerge também associada aos imperativos de capacitação – organização, gestão e competências profissionais - para o funcionamento dos novos equipamentos e para a oferta de serviços na área da Economia do Mar, traduzindo a preocupação com a estruturação das fileiras da náutica e das atividades marítimas, nomeadamente, mas também preocupações e desafios associados à investigação e conhecimento nas áreas do mar.

Por fim, a profissionalização e qualificação são referidas como desafios transversais a grande parte dos profissionais que operam e poderão vir a operar em novos ou reestruturados setores no âmbito da Economia do Mar. Entre estes, situam-se, para além da náutica, o setor da construção e reparação de embarcações de recreio e desporto e as atividades de animação turística e cultural, que exigem o desenvolvimento e reforço de competências adicionais, diferenciadas e contextualizadas, junto dos profissionais em exercício.

Importa pois refletir sobre a seguinte questão: Pode a reconversão, a especialização e/ ou o desenvolvimento de profissionais com experiência nas diferentes atividades da Economia do Mar, ser realizada sem um investimento coerente e eficaz na identificação das competências requeridas pelas atividades e serviços que se pretende desenvolver e pelos públicos que se pretende atrair?



Clarificar o enquadramento legislativo no âmbito das atividades marítimas e pescas

A aparente pulverização de estruturas e entidades cujas atribuições e intervenções por vezes se sobrepõem, para além de dificultar a cooperação, revela-se uma consequência da proliferação e insuficiente clareza do enquadramento legislativo.

A denominada “poluição legislativa” nas áreas da pesca e do mar (atividades marítimas, gestão das zonas costeiras, etc), traduzida na proliferação, na falta de clareza e na desadequação da legislação sobre fiscalização e utilização de recursos, bem como na sobreposição de áreas de intervenção da administração central, constitui um constrangimento focado por diversas entidades e operadores.

São as entidades e operadores que dependem de infraestruturas, equipamentos ou intervenções das autoridades marítimas e portuárias, bem como as entidades que exploram ou utilizam o mar como recurso para atividade turística ou de investigação, as que mais sinalizam os constrangimentos legislativos e burocráticos, nomeadamente em a morosidade dos processos de licenciamento.

Parece-nos pois fazer sentido, no quadro da estratégia para o Alto Minho, mas também da estratégia desenhada para o *cluster*, recolher informação adicional que permita caracterizar de forma mais fina os reais constrangimentos e sinalizar os aspetos críticos que poderão ser desde já ser objeto de proposta de melhoria ou clarificação.

Melhorar a qualidade da informação sobre a Economia do Mar

Sabemos que a informação é fonte de conhecimento e que só o conhecimento e as competências permitem intervenções mais eficazes, eficientes e sustentáveis. Neste



contexto, a profundidade, grau de cobertura, a consistência e a qualidade da informação revelam-se fundamentais para a elaboração de propostas e de projetos informados, coerentes e contextualizados.

A informação estatística é um tipo de informação disponível para construir narrativas, produzir análises contextualizadas e comparadas permitindo, de um modo geral, aumentar o conhecimento sobre os setores e os territórios. Sobretudo quando se pretende conhecer e atuar sobre os agregados e dinâmicas económicas de um conjunto de atividades, posicionando uma região num contexto nacional, a informação sobre o tecido empresarial, o emprego, o investimento e as receitas geradas assumem particular relevância.

Conforme referido no capítulo II.2. o *Cluster* do Conhecimento e da Economia do Mar, através da OCEANO XXI e com a colaboração de todos os parceiros, realizou já um trabalho que permitiu a obtenção de alguns dados estatísticos para as atividades nucleares e as atividades de suporte que constituem o *Cluster* na Economia do Mar, tendo já apresentado uma proposta de projeto no sentido de melhorar a qualidade da informação disponibilizada. Verifica-se assim a necessidade de definir objetivos concretos da recolha de informação, e mobilizar a cooperação do INE em torno de dois eixos:

- Partilhar, com o INE, a grelha de atividades construída para aferir estatisticamente as realidades estatísticas da Economia do Mar, no sentido de conhecer mais aprofundadamente subatividades incluídas em cada CAE (atividades nucleares e de suporte) e avaliar a possibilidade de obtenção de informação para atividades (ex náutica), para as quais não se encontra correspondência estatística. Importa destacar que está em curso, sob coordenação da DGPM com o INE a preparação da conta satélite da Economia do Mar, que permitirá responder às necessidades anteriormente explicitadas;
- Avaliação da possibilidade de obtenção de informação mais completa, e regionalizada, relativamente aos agregados macroeconómicos que apresentam



cim alto minho
comunidade intermunicipal do minho-lima

lacunas relevantes de informação, as quais não permitem analisar a evolução temporal e a estrutura de atividades da Economia do Mar. Estima-se que em grande parte dos casos, a informação exista, porque estão disponíveis os totais para esse ano, ou porque existem dados relativos ao ano anterior. Admite-se contudo, que a informação possa ser disponibilizada apenas sob condições a contratualizar.



III. Qualificação e competências na Economia do Mar

III.1. Conceitos e enquadramento do tema

Os conhecimentos, os saberes-fazer e os saberes -ser mobilizados num contexto profissional para a concretização de objetivos e para a resolução de problemas, ou seja as competências, são pilares fundamentais, e cada vez mais consensuais, do desenvolvimento das organizações, dos setores e dos territórios.

A estratégia de eficiência coletiva, que enquadra as iniciativas no âmbito do *Cluster* do Conhecimento e da Economia do Mar, atribui um papel central ao desenvolvimento de competências de inovação, científicas, tecnológicas e de gestão, sinalizando-as como instrumento de qualificação da Economia do Mar e das organizações que nela operam. Este enfoque encontra-se traduzido no documento recente “*Desafios do Mar 2020, Estratégia de Eficiência Coletiva, OCEANO XXI*”, como elemento de sustentabilidade das apostas e projetos propostos nos vários setores e fileiras. Adicionalmente, documentos de suporte à política nacional para o Mar (ex: Relatório *Blue Growth for Portugal*, COTEC, Novembro 2012) bem como, já em 2008, o parecer do Conselho Económico Social sobre o Mar e as Políticas do Mar, sinalizam, embora não desenvolvam, a absoluta necessidade de atração de pessoas qualificadas para as organizações e projetos da Economia do Mar, atribuindo às competências de organização, gestão, informação, comunicação e marketing, um lugar central nas condições de sustentabilidade e diferenciação de serviços e produtos.

Nesta linha também, todas entidades e operadores entrevistados no âmbito deste estudo sinalizaram, sem exceção, e embora atribuindo-lhes diferentes significados, a importância das competências e das qualificações/ perfis profissionais no reforço da eficácia, eficiência e qualidade das intervenções em curso no Alto Minho.

De facto, as organizações que formam os setores e a economia dos territórios cumprem objetivos e agarram desafios através da intervenção das pessoas e das suas competências.



As competências geram qualificação das estruturas, das organizações, dos territórios, dos projetos e das intervenções, sendo induzidas por diversos fatores e formadas em diferentes contextos. Um importante indutor das competências requeridas pelos desafios de desenvolvimento da Economia do Mar, são os níveis e tipos de qualificação escolar e profissional dos agentes que neles operam bem como os investimentos na atualização e aperfeiçoamento das suas competências profissionais, através de processos formativos e de processos organizativos e de gestão adequados aos contextos e às estratégias.

A formação inicial (que conduz a diplomas e qualificações reconhecidos e é ministrada pelas instituições do sistema educativo e formativo) e a formação contínua (orientada para o aperfeiçoamento, reciclagem, reconversão ou desenvolvimento profissional e desenvolvida por entidades diversas e em diferentes contextos) constituem dois eixos importantes de produção de qualificações/ perfis profissionais e competências. A formação constitui, assim, um instrumento, não único mas importante, do desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, das organizações, dos setores e dos territórios.

Portugal dispõe de um instrumento, em permanente construção, de gestão estratégica de qualificações de nível não superior que integra o Sistema Nacional de Qualificações (Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro). Trata-se do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) disponível no *site* www.catalogo.angep.gov.pt e que integra, nesta fase, **280 qualificações profissionais integradas em 39 áreas de educação e formação (AEF)**. O Catálogo enquadra a formação certificada, promovendo o enquadramento de novos perfis profissionais e empregos e a transparência de competências produzidas, permite a creditação da formação e favorece a mobilidade profissional. A proposta e construção de perfis profissionais de nível não superior, designados também como qualificações intermédias, que favoreçam o desenvolvimento de estratégias territoriais ou setoriais exige a participação ativa dos agentes e operadores na definição dos conhecimentos e saberes-fazer exigidos.



Neste contexto, a abordagem que se fará das necessidades de competências, de perfis profissionais de nível intermédio e de formação que os permita construir, terá sempre em atenção a relação com o CNQ e possibilidade de o enriquecer, favorecendo a transparência e coerência das propostas.

No nível superior de formação – traduzido pelos diplomas de licenciatura, mestrado e doutoramento –, e embora algumas das questões anteriores também sejam válidas, o ênfase deve colocar-se sobretudo ao nível da mobilização dos detentores desses diplomas e/ou da produção de competências específicas, de atualização, de aperfeiçoamento, etc, que favoreçam e incentivem a intervenção em contextos e organizações concretas.

III.2. Qualificação, competências e perfis profissionais

Este capítulo sistematiza necessidades de qualificação, traduzidas em domínios de competência profissional ou em perfis profissionais/ empregos, identificadas como decisivas para a afirmação, eficácia e qualidade das políticas, estratégias e ações dirigidas ao desenvolvimento da Economia do Mar no Alto Minho.

Verifica-se, no discurso das entidades e operadores de diferentes setores da Economia do Mar do Alto Minho, e em coerência com a análise e reflexão desenvolvidas e aqui apresentadas, um consenso em torno da necessidade de qualificação, com o conseqüente desenvolvimento e reforço de competências, em três grandes áreas:

- Organização e gestão;
- Políticas, projetos e intervenções (coerência, eficácia e comunicação);
- Empregos e perfis profissionais, utilizados (atual e futuramente) por empresas e operadores da Economia do Mar, num contexto de valorização e densificação das suas fileiras.



Organização e gestão

A importância de cuidar da dimensão organizativa e de gestão dos investimentos e dos projetos em curso, emerge no discurso dos atores de forma indireta e, frequentemente, associada à preocupação de “*encontrar ou definir*” quem ou que entidades, enquadrados numa estratégia para a Economia do Mar (ainda pouco divulgada, para uns, ou pouco consistente, para outros), vão ser responsabilizadas por levar a bom porto intervenções com qualidade e eficácia, rentabilizando investimentos e mobilizando o conhecimento e a experiência dos operadores.

Quem ou que entidades vão gerir as infraestruturas e equipamentos, organizar e mobilizar os recursos, materiais e imateriais, técnicos, financeiros e humanos para a consecução dos projetos previstos para a região no âmbito do *Cluster* do Conhecimento e Economia do Mar? E como o vão fazer? Estas são questões para as quais todos, de forma geral, procuram resposta, na tentativa de definir o seu posicionamento ou encontrar a sua oportunidade de participação.

As referências às dimensões de organização e gestão, que adquirem relevância com o desenvolvimento do projeto do Centro de Mar aparecem, predominantemente, nas preocupações das instituições e dos operadores ligados à náutica de recreio e de desporto, ao turismo náutico e, também, à atividade marítima (serviços e investigação) e à construção e reparação de embarcações (pequenos estaleiros que procuram novos mercados, alguns de nicho, que podem beneficiar e contribuir para a afirmação da Economia do Mar na região).

A dinamização do conjunto de infraestruturas e equipamentos construídos no âmbito do Centro de Mar, a execução dos protocolos desenhados para a sua exploração e as apostas no alargamento de públicos-utilizadores e na diversificação de serviços, determinam a necessidade de apostas estratégicas no desenvolvimento, mobilização e cooperação de um campo de saberes, saberes-fazer e atitudes de gestão, liderança e organização institucional e



empresarial. Estes saberes e atividades são assim olhados como domínios que importa qualificar, ou tornar mais competentes, no sentido de poderem ser assegurados níveis de eficiência e eficácia na exploração das infraestruturas e equipamentos, tornando-os alavancas da dinamização de mercados turísticos, regionais, nacionais e internacionais, e do desenvolvimento de outras atividades marítimas, económicas e culturais, da região do Alto Minho.

Neste âmbito, deverá ser dada particular importância à liderança e organização institucionais e poderão ser desenvolvidas propostas de perfis profissionais, de perfis de formação e de aprendizagem não formal que favoreçam o desenvolvimento ou mobilização, para a região, das competências necessárias.

Políticas, projetos e intervenções (coerência, eficácia e comunicação)

O reforço dos elementos de coerência e de eficácia bem como a comunicação de uma política para a Economia do Mar no Alto Minho, enquadrada na Estratégia Nacional para o Mar, são referidos como elementos essenciais de enquadramento da qualificação, da gestão, organizativa e profissional, dos setores, atividades e operadores que a integram. Não cabendo neste contexto abordar ou discutir esta questão, cumpre referir que está desenhada e em curso, no âmbito da estratégia de eficiência coletiva reconhecida pelo programa Compete, uma estratégia, projeto e intervenções para a Economia do Mar consubstanciada na atividade do *cluster* do conhecimento e Economia do Mar e do seu organismo gestor.

Contudo, parece existir espaço e necessidade, no contexto do Alto Minho, de aumentar a coerência das políticas, dos projetos e das intervenções protagonizados pelo tecido institucional, associativo e empresarial, cuidando e antecipando condições de eficácia das mesmas. Associada a esta necessidade, emerge o imperativo de comunicar, e divulgar, as



estratégias em curso e reforçar o envolvimento e participação, na sua execução, dos diferentes atores e operadores.

A estratégia de afirmação da região do Alto Minho, e da cidade de Viana do Castelo, como parceira e beneficiária de uma política nacional para o mar, requer apostas articuladas nos domínios da inovação e da internacionalização coerentes com os seus recursos, domínios de competitividade e oportunidades de desenvolvimento e carece de estratégias de *marketing* territorial e de comunicação institucional que projete a região no exterior. A qualidade e eficácia do *marketing*, da divulgação e da comunicação – de políticas, projetos, estratégias e intervenções – e, conseqüentemente, o desenvolvimento e mobilização das competências que as permitem obter, assumem-se como vetores fundamentais na atração de novos mercados e novos públicos e, também, no desenvolvimento de novos produtos e serviços no âmbito da Economia do Mar.

Neste âmbito, signalizam-se duas áreas importantes, que estão enquadradas nas orientações de política para o mar, e que configuram espaços de intervenção regional:

- O desenvolvimento e formalização de um modelo para a dinamização do desporto náutico junto das escolas da região, que preveja e alimente a cooperação com as escolas (básicas, secundárias e a Escola de Desporto e Lazer, de nível superior) e as autarquias para o desenvolvimento de projetos de desporto escolar e atividades curriculares no âmbito da náutica. Estão já em curso práticas de cooperação no âmbito do projeto “Náutica para Todos”, em Viana do Castelo, bem como no domínio da prática do remo em Ponte de Lima;

- A definição de modelos de cooperação com instituições de investigação e de ensino superior, no quadro de atividades consideradas críticas ou criadoras de conhecimento estratégico, técnico ou científico para a Economia do Mar da região, e que possam enquadrar ideias e projetos em curso e alimentar a oferta de novos serviços.



Por fim, cumpre reforçar a importância da definição de uma estratégia, e correspondentes ações, de marketing e comunicação, previstas no âmbito do projeto apresentado para o Centro do Mar e associadas aos investimentos em curso. O *marketing* e comunicação do projeto, assente no núcleo central de atividades, produtos e serviços a promover e nos mercados e públicos a atrair, deve contudo ser precedida da definição do modelo de organização e gestão das infraestruturas e equipamentos, e estar fortemente articulada com a mobilização e enquadramento de profissionais com perfil e competências ajustadas.

Empregos e perfis profissionais

A qualificação dos empregos da Economia do Mar do Alto Minho, seja através da atualização e aperfeiçoamento de competências técnicas, socioprofissionais ou comportamentais, da reconversão de perfis profissionais ou antecipação de novas competências requeridas pelas estratégias e investimento em curso, é considerada pelo conjunto dos atores, como uma área na qual deve ser feito investimento continuado e consequente.

Conforme já referido, a abordagem que se fará nesta matéria terá sempre em atenção a relação com o instrumento nacional para o desenvolvimento das qualificações – o CNQ - e possibilidade de o enriquecer, favorecendo a transparência e coerência das propostas. As propostas de formação consideradas mais oportunas, que alimentam a operacionalização de novos perfis profissionais, ancorados em perfis de formação inicial, e o desenvolvimento de blocos e áreas de competência, através de formação contínua promovida por organizações e operadores diferenciados, serão apresentadas nos capítulos seguintes.

Neste contexto, cumpre agora caracterizar a situação da Economia do Mar, em termos de perfis profissionais, nomeadamente os contemplados no CNQ, sinalizando necessidades identificadas e propostas que deverão merecer atenção. Conforme também já sinalizado, o CNQ apenas enquadra qualificações de nível não superior (até ao nível IV do Quadro



Nacional de Qualificações), apoiando a formação de profissionais, correntemente denominados, como técnicos intermédios ou profissionais altamente qualificados.

Os quadros e análise apresentados nas páginas seguintes sistematizam empregos chave⁴ das diferentes atividades da Economia do Mar, identificando os perfis profissionais integrados no CNQ, bem como propostas, em avaliação por parte dos organismos competentes e sugestões decorrentes da reflexão desenvolvida no âmbito deste estudo.

Três notas de leitura são importantes:

- a) Identificam-se nos quadros seguintes os perfis profissionais diretamente relacionados com cada área de atividade da Economia do Mar e ainda aqueles que, não estando direta ou exclusivamente orientados para os setores considerados neste estudo (ex: turismo), têm associados referenciais de formação tecnológica e Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD's) que servem a profissionalização de empregos e funções presentes ou necessárias na Economia do Mar. Estes últimos são perfis de banda larga que poderão servir a Economia do Mar, exigindo na maior parte dos casos, alguma formação de especialização e de contexto, e cujos referenciais de formação servem algumas propostas de formação contínua efetuadas no âmbito deste estudo;
- b) Não estão aqui os perfis transversais que servem inúmeros setores, para além dos da Economia do Mar, e que também são utilizados nalgumas empresas, instituições ou associações que nela operam, nomeadamente: b.1.) perfis que são utilizados na construção e reparação naval (metálica e não metálica/ embarcações de recreio) e também noutras indústrias da Economia do Mar, enquadrados nas áreas (AEF's) da eletricidade e energia, eletrónica e automação, metalurgia e metalomecânica e

⁴ *Empregos chave são empregos cruciais para o desenvolvimento e competitividade da atividade ou setor, independentemente de estarem integrados no quadro das empresas ou poderem ser obtidos através do recurso à contratação externa. São empregos cujo conteúdo determina fortemente a qualidade e resultados da empresa/ indústria/ setor.*



materiais diversos; b.2) perfis nas áreas do controlo e segurança alimentar bem como da higiene e segurança, transversais a um conjunto de indústrias e serviços⁵; b.3) perfis nas áreas da gestão e organização e marketing e publicidade, que constituem serviços instrumentais de qualquer organização; b.4) os perfis na área da hotelaria e restauração que embora relacionados com o desenvolvimento do turismo na região, inclusive o turismo náutico, não constituem objeto de análise no âmbito deste estudo. Estes perfis transversais constituem, de uma forma geral, perfis disponíveis do mercado e cuja adaptação ao contexto setorial ou profissional é suportada em formação contínua realizada pelas organizações. Contudo, na caracterização da oferta formativa é feita referência às dinâmicas também nestes domínios.

- c) Existem, para além dos perfis incluídos no Catálogo, profissões integradas em regime de certificação profissional que poderão, no âmbito dos objetivos de desenvolvimento do Sistema Nacional de Qualificações, ser traduzidas em perfis a integrar no CNQ. São, entre outros, alguns empregos chave como os treinadores de atividades náuticas ou ainda, o caso das profissões na área da condução de embarcações, cuja formação é ministrada nas escolas de navegação.

⁵ Os cursos nas áreas da segurança e higiene alimentar foram contudo considerados na análise da oferta formativa presente na região, na medida em que constituem um recurso importante a ter em conta na valorização das qualificações.



Síntese de perfis profissionais existentes e propostas por área de atividade da Economia do Mar

Área do Cluster Economia do Mar	Designação dos perfis profissionais incluídos no Catálogo (específicos ou relacionados com a Economia do Mar) e outros empregos/ funções chave	Propostas e observações (ver comentários mais detalhados páginas seguintes)
Construção e Reparação Naval <i>(inclui construção de embarcações de recreio)</i>	AEF 525 - OPERADOR DE CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL – NÍVEL 2 (9º ANO) AEF 525 - TÉCNICO/A DE CONSTRUÇÃO NAVAL/EMBARCAÇÕES DE RECREIO – NÍVEL 4 (12º ANO) <u>Outros empregos chave não incluídos no Catálogo, correspondentes a referenciais de formação,</u> - Serralheiros navais - Soldador	- Em avaliação, no organismo competente, a proposta de “ <i>Técnico de construção de equipamentos náuticos</i> ”; <u>-Sugestões decorrentes deste estudo:</u> a) Avaliar, por parte da AIN, a pertinência de propor o perfil profissional de “mecânico náutico”/ náutica de recreio. b) Na área da construção e reparação de embarcações metálicas, nomeadamente nos grandes estaleiros, existe um conjunto de profissões ainda não integradas no Catálogo. Estão em curso, contudo, projetos de análise e reestruturação de alguns perfis que se propõe que sejam acompanhados no sentido de serem reformulados ou criados perfis profissionais mais pertinentes.
Pescas, Aquicultura e Transformação do Pescado <i>Notas: a) As Pescas constituem, no CNQ, a Área de Educação e Formação (AEF) onde estão incluídos os 2 perfis da aquicultura. Não existe qualquer outro perfil nas pescas, sendo que é ao perfil de marinheiro (AEF de Serviços de Transporte) que estão associadas as profissões relacionadas com a captura de pescado. b) os perfis da transformação do pescado estão, no CNQ, na área das indústrias alimentares (AEF 541)</i>	AEF 541 - OPERADOR/A DE TRANSFORMAÇÃO DO PESCADO – NÍVEL 2 (9º ANO) AEF 624 - OPERADOR/A AQUÍCOLA – NÍVEL 2 (9º ANO) AEF 624 - TÉCNICO/A DE AQUICULTURA – NÍVEL 4 (12º)	- Em avaliação, no organismo competente – ANQEP -, a proposta de “ <i>Técnico de Indústria Agro Alimentar (Pescado)</i> ”; - Em avaliação, no organismo competente – ANQEP -, a proposta de “ <i>Técnico de Aquicultura e Recursos Marinhos Vivos</i> ”



Área do Cluster Economia do Mar	Designação dos perfis profissionais incluídos no Catálogo (específicos ou relacionados com a Economia do Mar) e outros empregos/ funções chave	Propostas e observações (ver comentários mais detalhados páginas seguintes)
(Continuação)		
Atividades Marítimas e Portuárias <i>Notas: a) os perfis diretamente relacionados com esta área da Economia do Mar estão associados no CNQ aos serviços de transporte; b) o perfil de marinheiro enquadra profissões relacionadas com a captura de pescado (pescador).</i>	AEF 840 - MAQUINISTA MARÍTIMO/A – NÍVEL 2 (9º ANO) AEF 840 - MARINHEIRO/A – NÍVEL 2 (9º ANO) <u>Funções chave não incluídas no Catálogo (que constituem graus na “profissão” de marinheiro, de acordo com FORMAR), e correspondentes a referenciais de formação:</u> - Arrais de pesca - Pescador	- Em avaliação, no organismo competente, a proposta de <i>“Técnico de Serviços Marítimos e Portuários”</i>
Atividades Náuticas (recreio, desporto e turismo)	AEF 813 - TÉCNICO DE APOIO À GESTÃO DESPORTIVA – NÍVEL 4 (12º ANO) AEF 812 – TÉCNICO/ A DE AGÊNCIAS DE VIAGENS E TRANSPORTE – NÍVEL 4 (12º ANO) AEF 812 – TÉCNICO/ A DE INFORMAÇÃO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA – NÍVEL 4 (12º ANO) AEF 812 – TÉCNICO/ A DE TURISMO AMBIENTAL E RURAL – NÍVEL 4 (12º ANO) AEF 812 – TÉCNICO/ A ESPECIALISTA DE TURISMO AMBIENTAL – NÍVEL 5 (CET) AEF 812 – TÉCNICO/ A ESPECIALISTA DE GESTÃO DE TURISMO – NÍVEL 5 (CET) AEF 812 – TÉCNICO/ A ESPECIALISTA DE TURISMO DE AR LIVRE – NÍVEL 5 (CET) <u>Funções chave não incluídos no Catálogo, correspondentes a referenciais de formação:</u> <i>Condução de embarcações</i> - Marinheiro, Patrão local, Patrão de Costa e Patrão de Alto Mar (certificação profissional da responsabilidade do Instituto Marítimo Portuário) <i>Desporto náutico</i> - Treinador de modalidades náuticas (<i>Surf, Remo, Canoagem, Vela, Kitesurf,...</i>) – certificação profissional da responsabilidade pelas respetivas Federações/ Instituto de Desporto).	- Em avaliação, no organismo competente, a proposta de <i>“Técnico de Turismo Náutico e Ambiental”</i> <u>Sugestões decorrentes deste estudo:</u> Oportunidade e relevância de desenvolver os seguintes perfis profissionais: - Gestor de serviços náuticos – criando um perfil novo ou UFCD’s complementares no perfil do Técnico de Apoio à Gestão (AEF 345 – Gestão e Administração) - Animador em atividades náuticas – criando perfil novo ou UFCD’s complementares no perfil de Técnico de Informação e Animação Turística (AEF 812 – Turismo)



Área do Cluster Economia do Mar	Designação dos perfis profissionais incluídos no Catálogo (específicos ou relacionados com a Economia do Mar) e outros empregos/ funções chave	Propostas e observações (ver comentários mais detalhados páginas seguintes)
(Continuação)		
Novas tecnologias		- Em avaliação, no organismo competente, a proposta de <i>“Técnico de Recursos Marinhos Não Vivos (Novas tecnologias)”</i>

Notas:

A designação dos perfis é a que consta no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), segundo a Área de Educação e Formação (AEF) e o nível de saída. O nível de saída corresponde à classificação do Quadro Nacional de Qualificações.

AEF 525 – Construção e Reparação de Veículos a Motor; AEF 541 – Indústrias Alimentares; AEF 624 – Pescas; AEF 840 – Serviços de Transporte; AEF 812 – Turismo e Lazer; AEF 813 – Desporto

CET – Curso de especialização tecnológica

UFCD's – Unidades de Formação de Curta Duração (módulos)



Perfis na Construção e Reparação Naval

Constata-se que no Catálogo Nacional de Qualificações não existem, ainda, qualificações especificamente associadas à indústria naval/ estaleiros. As que existem - “Operador de construção e reparação naval” e “Técnico de construção naval/ embarcações de recreio” – estão, de acordo com a opinião de operadores do setor, orientadas para a construção e reparação em madeira. Existe, sobretudo ao nível técnico e intermédio, uma forte e tradicional hierarquia de profissões na indústria naval (do pintor ao mecânico), plasmada nas carreiras consagradas nas convenções coletivas do setor.

Identificam-se seguidamente áreas de empregos e funções, sinalizando-se as mais críticas (chave) no quadro da indústria de construção e reparação naval de embarcações metálicas, excepto embarcações de recreio e desporto.

▪ Gestão (chave)

Considerando as tendências tecnológicas ao nível da organização do trabalho nos grandes estaleiros, nomeadamente o recurso crescente à subcontratação de atividades de operação, bem como as exigências de multidisciplinaridade e polivalência sempre presentes nas empresas de pequena dimensão, as funções de coordenação de trabalho e de gestão, intermédia e de topo, assumem uma relevância acrescida. Neste contexto, constata-se a necessidade da indústria naval possuir chefias intermédias ainda mais qualificadas (competências técnicas, competências de organização e gestão, e competências comportamentais), bem como a relevância de qualificar a gestão da subcontratação.

▪ Mecânica e eletricidade (domínio chave mas transversal a um conjunto de indústrias, com especificidades ao nível da indústria naval)

Nas áreas da mecânica e da eletricidade, constata-se que não existem, entre as funções exercidas em terra e em mar, especificidades que justifiquem ou determinem a necessidade de perfis específicos, com formação inicial de longa duração associada, de mecânico naval ou de eletricista naval. As áreas de conhecimento e as competências exigidas são,



fundamentalmente, comuns às funções de eletricista e mecânico, sendo no entanto relevante uma formação complementar – contínua e de especialização – que prepare para o exercício da mecânica e eletricidade na indústria naval. Constituem também indicadores do carácter comum ou transversal destas profissões, as designações de cursos, oferecidos no âmbito do ensino profissional ou da Aprendizagem, cujos diplomados têm sido enquadrados na indústria naval mas também noutras indústrias metalúrgicas e metalomecânicas. É o caso dos cursos de “técnico de manutenção industrial”, “técnico de eletricidade” e “eletromecânico”.

▪ Serralheiros navais (*emprego chave; designação que ainda não foi traduzida em Qualificação, não está consensualizada formalmente, mas reúne um conjunto de qualificações específicas presente na indústria naval*)

Esta designação, presente no discurso de agentes do setor, mas não consensualizada como qualificação do sistema educativo e formativo, agrega um conjunto de qualificações ou funções mais específicas: Soldador, serralheiro de tubos (tubista), serralheiro de caldeiras (caldeireiro), montador. Foi proposta e é já utilizada pela Lisnave que organiza cursos de formação de média/ longa duração (tem um historial de reflexão e intervenção nesta área, desde 2005), orientados para a formação inicial de jovens e com o objetivo de qualificar a mão-de-obra da própria empresa. A formação de serralheiros navais surgiu como estratégia para combater o desemprego interno, dito de outro modo, para qualificar para novas funções e atividades necessárias à produção e, ao que tudo indica, tem constituído um debate interno à própria Lisnave.

De notar que o CENFIM, tem em curso um projeto – PROA – com os estaleiros navais de Viana do Castelo, orientado para a qualificação e desenvolvimento de três profissões, cuja base é a serralharia civil – soldador, serralheiro de tubos e serralheiro de caldeiras. Estas profissões, identificadas como aquelas com maior número de trabalhadores, específicas e nas quais existe maior mobilidade, integram a designação proposta pela Lisnave, de “serralheiro naval”, que enquadra já formação inicial promovida por esta empresa.



- Soldador (*emprego chave; exige certificação internacional; esta função pode contudo ser exercida por um profissional com uma qualificação mais alargada*)

Relativamente à certificação de funções de operação, e a avaliar pelos testemunhos recolhidos, a profissão de soldador continua a ser a única, que exige certificação internacional. Assim, e independentemente da profissão de soldador poder ser exercida por um profissional com uma qualificação mais lata, ou abrangente, como o serralheiro naval, há que ter em conta este requisito. “Soldador” é também uma qualificação nível II integrada no Catálogo Nacional de Qualificações, área da metalurgia e metalomecânica.

- Engenharia (*domínio de empregos chave*)

No que respeita à área da engenharia, identifica-se a complementaridade de funções, nomeadamente entre os engenheiros navais e os engenheiros eletrotécnicos, que representam duas funções importantes nesta indústria. Conforme testemunhos recolhidos, os engenheiros navais “sabem pouco” de eletrotecnia mas os engenheiros eletrotécnicos, assim como todos os demais quadros superiores poderão beneficiar, em termos da qualidade do seu desempenho e produtividade, de uma formação complementar, de especialização/ inserção, para exercerem atividade na indústria naval.

- Profissões tradicionais, de nicho

Num contexto de preservação da memória desta indústria, e considerando-a também como património histórico e cultural de uma região e de um país, importa considerar a atividade, tradicional, de calafetagem e a profissão de calafetador. Esta profissão, de nicho e em declínio, constituiu uma profissão crítica ao longo de anos na indústria naval.

Relativamente à construção e reparação de embarcações não metálicas, nomeadamente de recreio e desporto, verifica-se a existência de uma proposta, efetuada por agentes ligados ao setor, e em avaliação por parte do organismo gestor do Catálogo, para a construção do perfil de **“Técnico de construção de equipamentos náuticos”**, considerado um emprego chave. Para além desta proposta, e como resultado da informação recolhida no âmbito deste estudo, sugere-se a avaliação da relevância de construir Unidades de Formação de Curta



Duração (UFCD's) que permitam, aliadas a outras UFCD já construídas e em vigor na área da mecânica, consolidar o perfil de “mecânico náutico”, associado à náutica de recreio e integrador de competências presentes em duas funções: mestrança e mecânico.

Perfis nas Pescas, Aquicultura e Transformação do Pescado

Existem, no Catálogo, duas qualificações ou perfis profissionais associados à atividade de transformação de pescado - correspondentes a dois níveis técnicos de operação- e duas qualificações associadas à aquicultura. Em cada uma destas áreas está em avaliação, na Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, e por proposta de agentes do setor, um novo perfil profissional. Na área específica das pescas/ captura não está ainda integrado qualquer perfil do Catálogo. São exemplos de profissões existentes, não estruturadas em perfis no Catálogo, e que se encontram associadas, no que respeita à organização de formação ao perfil de marinheiro, as seguintes: pescador, marinheiro pescador, contramestre pescador, etc.

Na atividade de transformação, o perfil proposto – ***“Técnico de Indústria Agro-alimentar (Pescado)”*** – constitui uma resposta à necessidade de valorização da fileira dos produtos do mar.

Na aquicultura verifica-se a resposta a uma necessidade de valorização de competências mais alargadas, em termos de conhecimento e aptidões para operar com recursos diversos. A proposta de integração no Catálogo do perfil ***“Técnico de Aquicultura e Recursos Marinhos Vivos”***, que terá um conjunto de certificações associadas, dirige-se à exploração de recursos marinhos vivos numa ótica de fileira, de cultura/ captura à transformação e comercialização. Este perfil possui também uma componente de apoio ao turismo científico e biotecnologias.



Perfis nas Atividades Marítimas e Portuárias

Nesta grande área de atividade da Economia do Mar existe uma proposta de criação e integração no Catálogo de um perfil de *“Técnico de Serviços Marítimos e Portuários”*. Esta proposta corresponde à necessidade de valorizar o emprego na área dos serviços marítimos e portuários formando competências que permitem o desenvolvimento desta fileira.

No que respeita à pesca e atividade marítima, que não serviços, existem dois perfis de base, de banda larga, que constituem o chapéu de especializações ou perfis mais específicos, formados no FORMAR e que correspondem a profissões que exigem carteira profissional (de acordo com a informação recolhida no momento de elaboração deste relatório). Não está ainda realizada, nesta área, a completa articulação entre o tradicional sistema de profissões e o novo sistema nacional de qualificações, cujo principal instrumento é o Catálogo.

Apresenta-se seguidamente a descrição e profissões associadas aos dois perfis profissionais anteriormente referidos, podendo verificar-se, no caso do “marinheiro,” o âmbito bastante alargado da missão e a diferente natureza das profissões a ele associadas.

Maquinista Marítimo/a – Nível 2 (9º ano)

Missão: Executar, sob supervisão, tarefas inerentes à condução, manutenção e reparação de sistemas mecânicos, hidráulicos, elétricos e outras instalações a bordo de embarcações de comércio, pesca e tráfego local, tendo em conta as regras de segurança básica no mar e as normas de ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho

Profissões associadas: Ajudante de maquinista, mecânico de bordo, maquinista prático de 2ª classe, eletricista marítimo, marinheiro-maquinista.

Marinheiro/a – Nível 2 (9º ano)

Executar tarefas inerentes à captura, manuseamento, conservação e acondicionamento do pescado operações de carga e descarga, estiva e transporte de mercadorias, receção, atendimento e encaminhamento de passageiros, manutenção e conservação do navio, quartos de navegação e tarefas relacionadas com a segurança de embarcações de comércio, pesca e tráfego local, tendo em conta a legislação marítima em vigor, as regras de segurança a bordo e as normas de ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho e de segurança alimentar.



Profissões associadas: Pescador, marinheiro pescador, contramestre pescador, marinheiro de 2ª classe, contramestre, marinheiro de 2ª classe do tráfego local.

Perfis nas Atividades Náuticas (recreio, desporto e turismo)

Os perfis associados à construção e reparação de embarcações náuticas, estão integrados na grande área da construção e reparação naval, tendo sido comentados anteriormente. A valorização destes perfis é fundamental para a densificação e consolidação da fileira náutica.

Na área da condução de embarcações de recreio – náutica de recreio – existem quatro principais perfis profissionais, que correspondem a níveis de formação ministrada em escolas de navegação, e que se enquadram no regime de certificação profissional da responsabilidade do Instituto Marítimo Portuário: Marinheiro, Patrão local, Patrão de Costa e Patrão de Alto Mar.

Estes últimos perfis profissionais, à semelhança do que acontece com os perfis de treinadores de desporto náutico, não estão, ainda, integrados no Catálogo nem se conhecem propostas nesse sentido. O perfil de treinador, está reportado a cada uma das modalidades e certificado pela respetiva Federação em cooperação com o Instituto de Desporto, sendo a área por excelência de atuação o desporto de alta competição.

Existe contudo, na área do desporto, em geral, uma qualificação inserida no CNQ – Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva – criada em 2008, mas com novas versões de perfil e referenciais de formação em vigor desde 2013. O perfil e os referenciais de formação de base e tecnológica que compõem esta qualificação integram, respetivamente, atividades e unidades de formação, relevantes do ponto de vista do desporto náutico e que podem ser mobilizadas para a organização de formação contínua.



Ainda no domínio do desporto náutico, o perfil de animador de atividades náuticas emerge frequentemente como perfil necessário, associado a duas áreas fundamentais:

- Por um lado, ao planeamento, organização, execução e acompanhamento de atividades náuticas desportivas para populações jovens em idade escolar, no quadro das estratégias de alargamento da base de praticantes e do reforço da cultura marítima das populações. São atividades que podem e devem ser desenvolvidas pelos Clubes e que não possuem as exigências do desporto de competição, área tradicional de intervenção dos clubes e dos treinadores que neles trabalham;

- E, por outro lado, ao planeamento, organização, promoção e execução de atividades de animação da náutica de recreio, dirigidas a públicos diferenciados da região, do país e do estrangeiro e que contribuem fortemente para o reforço da cultura marítima do Alto Minho. Estas atividades lúdicas e recreativas, nas áreas do surf, vela, remo, canoagem, ou outros, são desenvolvidas por empresas marítimo-turísticas da região e o seu desenvolvimento e operacionalização exigem um leque de competências algo diferenciado do detido pelos treinadores de atividades náuticas, cujo perfil é sobretudo centrado no treino e acompanhamento de desportistas de alta competição.

A área do turismo é, no Catálogo, e no âmbito das áreas de serviços, aquela em que estão construídos e em vigor mais perfis profissionais e, conseqüentemente, referenciais de formação. São perfis profissionais de nível 4 (obtidos num curso profissional de nível secundário) e 5 (obtidos no âmbito de um Curso de Especialização Tecnológica, de nível pós secundário) que evidenciam já uma boa cobertura das necessidades e desafios existentes ao nível da qualificação profissional.

Os perfis presentes no Catálogo na área do turismo e que retivemos nesta análise são os seguintes seis:

Técnico/a de Agências de Viagens e Transportes

Nível 4

Técnico/a de Informação e Animação Turística

Nível 4



Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural	Nível 4
Técnico/a Especialista de Gestão de Turismo	Nível 5
Técnico/a Especialista de Turismo Ambiental	Nível 5
Técnico/a Especialista em Turismo de Ar Livre	Nível 5

Não foram considerados o “Acompanhante de Turismo Equestre” e o “Técnico Especialista de Animação em Turismo de Saúde e Bem-estar” – perfis integrados no CNQ - uma vez que, consultados os referenciais, de perfil e de formação, nos pareceram menos susceptíveis de poderem servir a área do turismo náutico.

No que se refere à náutica, existe apenas, e atualmente, uma proposta de perfil, para integração no Catálogo, associado ao turismo náutico e ambiental - **“Técnico de Turismo Náutico e Ambiental”**. Esta proposta corresponde à constatação da importância e do potencial das atividades marítimo-turísticas e pretende criar um perfil de banda larga, com um conjunto de certificações associadas. Integra um conjunto vasto de atividades e competências e funções nos domínios da náutica de recreio e dos desportos náuticos, nomeadamente ao nível da informação, acolhimento e gestão de serviços.

Importa contudo sinalizar que este perfil, que não está ainda criado, incorpora áreas de competência que deverão ser promovidas desde já no Alto Minho. Afigura-se relevante, para além do acompanhamento da evolução desta proposta e do conteúdo deste perfil, organizar desde já intervenções formativas que alimentem competências identificadas como chave nas áreas da gestão de serviços à náutica, do acolhimento e da informação e da animação náutica (animador de atividades náuticas).

Neste contexto, poderão ser úteis os referenciais de formação tecnológica dos perfis da área do turismo em cima identificados. De facto, as atividades de turismo ao ar livre e de turismo náutico, no que respeita ao conhecimento das modalidades, à gestão de serviços e à informação e acolhimento, estão contempladas nos conteúdos dos referenciais de formação tecnológica de grande parte daqueles perfis. Por constituírem perfis de banda larga e



cim alto minho
comunidade intermunicipal do minho-lima

enquadrarem módulos de formação, certificados, que poderão ser accionados para formação contínua no Alto Minho, se optou por fazer referência áqueles perfis.

Outros Perfis

Por fim, e enquanto área de inovação em matéria de perfis profissionais, importa destacar a proposta de perfil profissional de “*Técnico de Recursos Marinhos não Vivos*” que se destina a apoiar a exploração de recursos marinhos não vivos, sendo especialmente orientado para as novas tecnologias do mar, nas quais se incluem as energias alternativas e a robótica submarina.

As novas tecnologias do mar, e os perfis profissionais que a poderão desenvolver e projetar, constituem um domínio de inovação fundamental que deve ser acompanhado pelas entidades e operadores do Alto Minho.



IV. Qualificação e Formação no Alto Minho

IV.1. Nota de enquadramento

A produção e o desenvolvimento de qualificações geram, quando operacionalizadas nos contextos profissionais, competências profissionais produzidas no sistema de educação-formação e na atividade de entidades formativas diversas.

Tendo presente as dinâmicas e desafios de desenvolvimento da Economia do Mar, nomeadamente à luz dos investimentos previstos e efectuados. Tendo em conta o âmbito e objetivos do estudo, a caracterização da oferta de formação centra-se sobretudo na oferta de formação profissional inicial, de nível secundário e pós secundário (presente no Alto Minho nas escolas e centros de formação inseridos no sistema de educação e formação) na oferta de formação superior (instituições de ensino superior presentes na região) e na oferta de curso de formação contínua dirigidos a necessidades dos setores da Economia do Mar.

A formação inicial produz qualificações, frequentemente designadas por referenciais de empregos, que são descritas em perfis profissionais e são suportadas nos referenciais de formação. No que respeita ao nível secundário e pós-secundário de formação, o referencial nacional – o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) – integra perfis que têm correspondência em referenciais de formação, de base e tecnológicos, organizados por módulos e associados a Áreas de Educação e Formação (AEF). De relevar que a integração de qualificações profissionais no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) traduz a consensualização, entre os operadores, de perfis profissionais e de formação, reforçando a coerência e eficácia potencial das intervenções formativas.

Os referenciais de formação presentes no Catálogo são utilizados na formação inicial ministrada no sistema educativo, nomeadamente nos cursos profissionais e nos cursos de especialização tecnológica e podem ser utilizados na formação contínua, mobilizando os módulos necessários, à medida das necessidades e dos objetivos da formação. Trata-se de



formação modular e certificada e, neste contexto, as propostas que aqui são apresentadas recorrem, sempre que possível e adequado, à mobilização dos módulos de formação integrados no Catálogo.

IV.2. Oferta formativa

IV.2.1. Formação inicial – qualificações de nível secundário, pós-secundário e superior

Os quadros que se apresentam neste capítulo sistematizam a oferta de formação inicial, profissional de nível secundário e pós-secundário, e de nível superior, presente no Alto Minho. Estes são cursos relacionados direta ou indiretamente com a Economia do Mar (que servem ou que poderão servir organizações da Economia do Mar) e que se considera relevante considerar no âmbito deste estudo. Reteve-se, no contexto deste estudo a formação dirigida à produção das qualificações identificadas no quadro do capítulo III deste relatório, independentemente de, conforme já referido, existir um número mais vasto de qualificações que servem as organizações que operam na Economia do Mar (ex: as qualificações na área da hotelaria e restauração, nomeadamente as produzidas na Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo). Adicionalmente, destacam-se as qualificações de nível secundário, pós-secundário e superior, embora, quando existe seja referida a oferta de qualificações de nível II (9º ano feito num percurso profissionalizante).

Pretende-se traçar o panorama geral da situação do Alto Minho nesta matéria, abrindo espaço para a identificação de áreas a descoberto e propostas orientadas para a densificação e valorização da oferta de formação neste território.



Formação profissional de nível secundário

OFERTA DE FORMAÇÃO INICIAL E PROFISSIONAL DE NÍVEL SECUNDÁRIO		
CURSO PROFISSIONAL (NÍVEL IV)	ESCOLA	CONCELHO
Técnico/a de Turismo	Ancorensis – Cooperativa de Ensino	Caminha (VP de Âncora)
	EB 2,3 com Secundário	Valença
	ES Santa Maria Maior	Viana do Castelo
Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural	EB 2,3 com Secundário	Arcos de Valdevez
	ES com 3º ciclo	Monção
	ES Monserrate	Viana do Castelo
	EB2,3 com Secundário de Lanheses	Viana do Castelo
Técnico/a de Energias Renováveis	EB 2,3 com Secundário	Arcos de Valdevez
	EPRAMI – Escola Profissional do Alto Minho Interior	Monção
Técnico/a de Aquicultura (1)	FORMAR - Centro de Formação Profissional (3)	Viana do Castelo
Técnico/a de Construção Naval/ Embarcações de Recreio (2)	FORMAR - Centro de Formação Profissional (3)	Viana do Castelo

Fonte: ANQEP/ CNQ - oferta 2012/ 2013; FORMAR

(1) Segundo apuramos no terreno, neste momento o FORMAR não tem em funcionamento este curso. Mas tem capacidade e já teve recentemente este curso em funcionamento assim como o curso de Operador/a Aquícola de nível II.

(2) Este curso não está em funcionamento mas prevê-se que se inicie em Outubro (informação recolhida na entrevista)

(3) O FORMAR tem-se dedicado sobretudo a formar profissionais, sendo responsável pela atribuição de carteiras profissionais, na área das pescas (ex: arrais de pesca, pescador, etc) e dos transportes marítimos (graus da carreira de maquinista marítimo e marinheiro). Estas constituem profissões que foram integradas, em termos de perfil, dando origem às QUALIFICAÇÕES presentes no Catálogo nas áreas das pescas e dos transportes marítimos. O FORMAR tem também Know-how para realizar formação na área da transformação de pescado, mas identificamos que, por motivos de mercado e de procura, há anos que não fazem formação nestas áreas.

No Alto Minho existe um Centro de Formação Profissional (FORMAR), duas Escolas Profissionais (de entre as seis presentes no território) e seis Escolas Básicas e Secundárias com ofertas formativas dirigidas à produção de qualificações profissionais de nível IV consideradas relevantes do ponto de vista do desenvolvimento das atividades e setores inseridos na Economia do Mar. Para além destas está presente em Viana do Castelo uma das 16 Escolas de Turismo de Portugal – a Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo. Tem oferta nas áreas da restauração e hotelaria e também oferta de formação contínua, estruturada em Unidades de Formação de Curta Duração, nomeadamente em higiene e segurança alimentar.

A ETAP – Escola Profissional, constitui, no Alto Minho, a escola com maior cobertura territorial (Viana de Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença) e uma das mais significativas, em termos de diversidade e quantidade de oferta. A sua oferta não está,



contudo, orientada para a produção de qualificações dirigidas ao desenvolvimento dos setores ou fileiras da Economia do Mar.

O FORMAR é um Centro de Formação Profissional de Gestão Participada do IEPF na dependência de dois Ministérios: Ministério da Economia e do Emprego e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Este Centro Existe desde 1986 e era o antigo FORPESCAS tendo assumido, há 3 anos, a denominação de FORMAR.

Embora o FORMAR tenha experiência e oferta de formação inicial em domínios relevantes para a qualificação das organizações da Economia do Mar, este Centro de Formação atualmente oferece, predominantemente, cursos de formação contínua nas diferentes áreas de atividade, excepto na náutica. É a entidade responsável pela atribuição de carteiras profissionais nas áreas das pescas e marítima e a única na região que, nestas áreas, organiza, embora cada vez menos de forma regular, cursos de formação inicial de acordo com referenciais estabelecidos no Catálogo Nacional de Qualificações.

Em termos gerais, e no que respeita à dinâmica de oferta de formação inicial profissional, Viana do Castelo é, no Alto Minho, o polo central de oferta de cursos profissionais de nível secundário (17 cursos no ano letivo 2012/ 2013 em 6 escolas, 3 secundárias e 3 profissionais) orientados para a produção de perfis profissionais diversificados. Para além dos cursos na área do turismo (3), verificam-se também dinâmicas interessantes nas áreas da música (Escola Profissional de Música de Viana do Castelo) e na área industrial. A Escola Secundária de Monserrate e, em menor escala a Escola Secundária Santa Maria Maior, emergem como escolas muito ativas na oferta de cursos profissionais na região.

No concelho de Ponte de Lima e apesar de não se encontrar qualquer curso mais especificamente orientado para os perfis em análise, verifica-se uma significativa e diversificada oferta de cursos profissionais de nível secundário (11) quando comparado com outros concelhos do Alto Minho de dimensão equivalente. São duas as principais escolas que protagonizam esta oferta: a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de



Ponte de Lima, com cursos nas áreas da hotelaria e restauração, produção agrária e informática de gestão, e a Escola Secundária com 3º ciclo de Ponte de Lima que tem uma oferta nas áreas industrial, saúde, secretariado, comércio e ambiente. Os diplomados – técnicos intermédios – dos cursos profissionais nas áreas da Eletromecânica e da Manutenção Industrial desta Escola têm sido muito e regularmente procurados pelos Estaleiros de Viana do Castelo. Segundo informação recolhida no terreno, não tem havido até ao momento desemprego entre os alunos que concluem estes cursos, sendo a formação reconhecida pela indústria naval da região.

No concelho dos Arcos de Valdevez existem duas escolas - a EPRALIMA – Escola Profissional do Alto Lima e a EB 2,3 dos Arcos de Valdevez - com oferta de cursos profissionais de nível secundário, num total de oito cursos. Em Caminha existem 3 escolas - EB2,3 e secundário de Caminha, a escola profissional ETAP e a Ancorensis - com cursos profissionais de nível secundário, num total de 8 cursos:

No concelho de Melgaço, a EPRAMI – Escola profissional do Alto Minho Interior, é a única instituição educativa e formativa com cursos profissionais de nível secundário, embora não relacionados com as áreas em estudo. Em Monção, podem encontrar-se, para além dos dois cursos já identificados, mais 2 cursos profissionais na EPRAMI, sendo um na área da restauração e outro de Técnico de Manutenção Industrial. Também no concelho de Paredes de Coura é a EPRAMI a única escola que pontua na oferta de cursos profissionais, embora também não associados aos domínios em estudo.

Em Ponte da Barca, existe oferta de cursos profissionais em duas escolas: a EPRALIMA, com dois cursos (um na área da eletrónica e automação e outro na área do marketing e publicidade) e a EBI e Secundária Diogo Bernardes com oferta de um curso de Técnico de Receção (hotelaria e restauração) e um de Técnico Multimédia. Em Valença, e para além do curso de Técnico de Turismo já identificado, a ETAP tem oferta de dois outros cursos. Também em Vila Nova de Cerveira a oferta de cursos profissionais é reduzida. São dois cursos: um na ETAP (design gráfico) e outro na ES com 3º ciclo (informática de gestão).



Na região do Alto Minho existe, para além destas ofertas, os Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF) – 16 –, de várias tipologias/ níveis de escolaridade de saída. A grande maioria deles realiza-se em Viana do Castelo (12), sendo predominante o papel do Centro de Formação Profissional nesta oferta. Existem também CEF nos Arcos de Valdevez (2) e Ponte de Lima (2). Destaca-se no âmbito deste estudo, a oferta de um CEF de Técnicas de Informação e Animação Turística, dirigido a jovens (até 25 anos) *“titulares do 12.º ano de um curso científico-humanístico ou equivalente do nível secundário de educação que pertença à mesma ou a área de formação afim”*. O início deste curso está previsto para Setembro de 2013 e tem uma duração de 1.329 horas. No quadro dos desafios enunciados no âmbito deste estudo importa acompanhar esta dinâmica.

Em síntese, e no que respeita à produção de qualificações de nível IV – técnicos intermédios – para os setores da Economia do Mar, verificamos, e a avaliar pela informação recolhida, que pode ser encontrada oferta para 5 das 6 qualificações de nível IV atualmente integradas no Catálogo Nacional de Qualificações nas áreas relacionadas com a Economia do Mar. Contudo, e **tendo em consideração que a Economia do Mar não é, ainda, um cluster valorizado em termos das qualificações presentes no Catálogo**, esta situação traduz sobretudo uma capacidade e dinâmica de oferta que deverá ser mobilizada e orientada para a organização de formação associada à criação de novas qualificações (propostas para integração no Catálogo) e formações modulares dirigidas à especialização e desenvolvimento de perfis existentes na região.

Formação profissional de nível pós- secundário

Os Cursos de Especialização Tecnológica (CET) – que corporizam a produção de qualificações de nível pós-secundário – são cursos pós-secundários, não superiores, que visam conferir qualificação profissional nível V do Quadro Nacional de Qualificações. De acordo com documentos oficiais estes cursos caracterizam-se por *“uma formação técnica de alto nível”*



que resulta numa qualificação que inclui conhecimentos de capacidades de nível superior não exigindo, contudo, o domínio dos fundamentos científicos das diferentes áreas em causa. Estes cursos, que podem ser ministrados em escolas secundárias e profissionais e em instituições de nível superior, caracterizam-se por uma forte componente tecnológica e incluem estágios em empresas ou instituições.

A oferta de CET no Alto Minho é protagonizada, atualmente, pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo, está orientada para domínios transversais, embora importantes, de conhecimento, sobretudo na área alimentar. Não identificamos na oferta atual, cursos dirigidos a necessidades específicas já identificadas, como seja, a gestão de serviços náuticos, o turismo náutico ou ofertas que permitam desenvolver perfis tecnológicos nas áreas da construção naval ou náutica de recreio.

OFERTA DE FORMAÇÃO INICIAL E PROFISSIONAL, DE NÍVEL PÓS-SECUNDÁRIO		
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA (CET) - NÍVEL V	ESCOLA	CONCELHO
Segurança e Higiene Alimentar	Escola Superior Agrária - IPVC	Viana do Castelo
Gestão de Animação Turística em Espaço Rural	Escola Superior Agrária - IPVC	Viana do Castelo
Energias Renováveis	Escola Superior de Tecnologia e Gestão - IPVC	Viana do Castelo
Qualidade Alimentar	Escola Superior de Tecnologia e Gestão - IPVC	Viana do Castelo
Tecnologia Alimentar	Escola Superior de Tecnologia e Gestão - IPVC	Viana do Castelo

Fonte: IPVC; Divulgação da oferta para 2013/ 2014

No Catálogo Nacional de Qualificações existem, atualmente, 36 Qualificações de nível V em área diversas (comércio, gestão, design, eletrónica, etc), estando 4 dessas Qualificações integradas na área de Turismo e Lazer. Para qualquer uma destas qualificações existe oferta no Alto Minho. São elas: Técnico Especialista de Animação em Turismo de Saúde e Bem Estar (não considerado no quadro de perfis apresentado no capítulo III), Técnico Especialista de Gestão de Turismo; Técnico Especialista de Turismo Ambiental; e Técnico Especialista em Turismo de Ar Livre. À exceção deste último, os restantes foram incluídos na versão inicial do Catálogo, em 2008, e foram sofrendo ajustamento no referencial de formação tecnológica a partir de 2011.



A qualificação Técnico Especialista em Turismo de Ar Livre foi criado em 2013 e tem como descrição geral *“Conceber, planear, organizar e acompanhar programas de atividades de ar livre de natureza turística, enquadrando autonomamente os clientes participantes, sob o ponto de vista técnico e turístico, em atividades correspondentes à sua área e nível de especialização e participando na gestão e manutenção de instalações e equipamentos”*.

Nesta Qualificação e respetivo referencial de formação, assim como nos casos do Técnico Especialista em Gestão de Turismo e do Técnico Especialista de Turismo Ambiental, encontramos módulos de formação que deverão ser utilizados quer para a organização de formação contínua proposta no âmbito deste estudo, quer a construção da Qualificação de Técnico de Turismo Náutico e Ambiental, já proposta para integração no Catálogo.

Em conclusão, a região tem condições, considerando o *Know-how* do IPVC, a presença de uma Escola de Turismo (a EHT de Viana do Castelo) e a rede de Escolas Profissionais, para valorizar e orientar a oferta de CET para necessidades e dinâmicas de desenvolvimento no âmbito da Economia do Mar. Tal pode ser concretizado através da organização de formação dirigidas a Qualificações atuais e futuras presentes no Catálogo, quer através da oferta de formação modular, suportada nos referenciais de formação daquelas qualificações, e que permita áreas de especialização no domínio do turismo de ar livre.

Formação superior

Em matéria de formação superior, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, com as suas seis Escolas, constitui a principal instituição (e quase exclusiva) no Alto Minho, nomeadamente no que se refere a ofertas relevantes no ponto de vista das preocupações deste estudo.

Para além das formações ministradas na Escola Superior de Educação, na Escola Superior de Saúde, na Escola Superior de Ciências Empresariais e na Escola Superior Agrária (as duas últimas com algumas ofertas relevantes em áreas suporte da Economia do Mar) é nas



Escolas Superiores de Tecnologia e Gestão e de Desporto e Lazer que se encontram as duas ofertas mais relacionadas com o âmbito deste estudo.

OFERTA DE FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR		
LICENCIATURAS	ESCOLA	CONCELHO
Turismo	Escola Superior de Tecnologia e Gestão - IPVC	Viana do Castelo
Desporto e Lazer	Escola Superior de Desporto e Lazer	Viana do Castelo
Fonte: IPVC; Divulgação da oferta para 2013/ 2014		

O curso de turismo é um curso com certificação *Tedqual*, atribuída pela Organização Mundial de Turismo (OMT) e constitui já uma referência do IPVC, que o posiciona como agente indispensável na valorização e desenvolvimento da formação turística.

A Escola de Desporto e Lazer, criada em Maio de 2011, está integrada no Instituto Politécnico de Viana do Castelo e localizada em Melgaço e ministra o curso de Desporto e Lazer, anteriormente integrado na Escola Superior de Educação.

Esta Escola forma técnicos superiores de desporto enquadráveis no setor da náutica. Conforme testemunho do diretor da Escola, “... foi criada para ser um local de excelência no estudo e formação em Desporto e Lazer, não só no que diz respeito aos ciclos mais tradicionais de licenciatura e mestrado, mas também no apoio à formação e acompanhamento profissional dos intervenientes no desporto (técnicos, atletas, e dirigentes)”. Neste curso, o Surf é lecionado como componente de uma unidade curricular ampla - Atividades de Físicas de Natureza e *Fitness* - e existem, segundo o diretor da escola, outras atividades estudadas (*Golfe, Rafting, Surf, Musculação, Aeróbica, Patinagem, BTT, Team Building, Escalada, Orientação, Manobras de Corda, Ginástica Localizada, Windsurf, Canoagem, Cannyoning, Hidroginástica, Rope Skipping*).

Em síntese, o IPVC, quer com o seu capital de oferta formativa de formação superior, formação contínua especializada e mestrados, quer com a oferta consolidada na área do turismo e do desporto, constitui uma instituição necessariamente parceira de um programa de valorização de formação especializada, de nível superior e pós-secundário. Este programa



deverá orientar-se para os desafios de desenvolvimento da Economia do Mar na região do Alto Minho, nomeadamente no que respeita à organização e gestão de projetos e equipamentos na área da náutica, ao turismo e desportos náuticos e, de um modo geral, às apostas tecnológicas associadas à diferenciação dos setores.

De referir, por fim, que atualmente a formação inicial de profissionais nas áreas do desporto náutico e dos serviços de transporte marítimo é promovida por escolas certificadas pelas organismos profissionais ou entidades certificadoras competentes - as Federações/ Instituto de Desporto, no caso dos treinadores das modalidades náuticas, e o Instituto Marítimo Portuário, no caso da condução de embarcações de recreio. Conforme já sinalizado, estes empregos ou qualificações não estão ainda integrados no Catálogo.

Para além disso, e concretamente no domínio do desporto náutico, as qualificações produzidas servem sobretudo o desporto de alta competição, abrindo um espaço para a produção de qualificações e organização de formação no domínio da animação de atividades náuticas dirigidas quer à população escolar, e numa ótica de alargamento da base de praticantes e valorização da cultura náutica, quer no domínio da náutica de recreio, respondendo a solicitações diversas de públicos nada vez mais diferenciados.

IV.2.2. Formação contínua

A formação contínua decorre em paralelo aos sistemas de ensino e formação, normalmente em estruturas institucionais conferindo, normalmente, um certificado de frequência de curso. Identificada com a educação-formação não formal, este tipo de aprendizagem pode ocorrer no local de trabalho e através de atividades de organizações ou grupos da sociedade civil (organizações de juventude, sindicatos e partidos políticos) ou ainda ser ministrada através de organizações ou serviços criados em complemento aos sistemas convencionais. Inclui, nomeadamente, a participação em cursos, ações de formação profissional na empresa, seminários, conferências etc..



Relativamente a este tipo de formação, dirigida ao desenvolvimento, aperfeiçoamento ou prevenção de novas competências profissionais nos setores da Economia do Mar, não se identificaram, para além do FORMAR, quaisquer entidades com intervenção estruturada neste domínio. Na náutica, e no que respeita ao desporto náutico, a formação contínua dos profissionais é assegurada ou por entidades setoriais ou pelos próprios profissionais, mais experientes, dos clubes. Na construção e reparação naval, de embarcações metálicas, a formação contínua é assegurada pelas entidades empregadoras e, no caso das embarcações não metálicas, de recreio e de desporto, a única entidade com oferta na região é o FORMAR.

Na região do Alto Minho operam entidades formativas diversas com oferta de ações de formação contínua em áreas técnicas, comportamentais e de gestão e organização, não se identificando contudo, qualquer oferta especificamente dirigida ao desenvolvimento de competências nas áreas da Economia do Mar, sendo ainda a procura por parte dos operadores dos setores que a integram muito situada em organizações e empresas industriais tecnologicamente diferenciadas.



V. Conclusões e propostas

V.I. Enquadramento

No capítulo II sinalizaram-se quatro grandes problemáticas/ desafios, que embora tenham incidência variável nos setores e atividades, atravessam e condicionam, globalmente, o desenho ou concretização de intervenções orientadas para o desenvolvimento da Economia do Mar no Alto Minho e, de um modo geral, no país:

- A cooperação entre operadores e organismos, identificando objetivos e interesses comuns e desenvolvendo centros de racionalidade;
- A profissionalização das estruturas e das ofertas, de serviços e de formação;
- O quadro legislativo, colaborando e incentivando a participação da região em projetos que permitam uma maior transparência e operacionalidade do quadro legislativo de enquadramento de atividades, nomeadamente as marítimo-turísticas e exploração de recursos do mar;
- A qualidade da informação estatística.

Estes grandes desafios, explicitados no referido capítulo, estão fundamentalmente associados ao objetivo de capacitação do tecido institucional da região, que constitui um desafio transversal, e macro, ao conjunto de propostas efetuadas, nomeadamente no documento “Alto Minho 2020”. Trata-se, nos termos daquele documento, da necessidade e imperativo de formalizar a capacidade do Alto Minho responder à mudança, criando estratégias e desenvolvendo recursos para tornar a região mais competitiva, atrativa, conetada e resiliente. Embora se tratem de desafios globais, também no que respeita à Economia do Mar, se identifica a sua pertinência e oportunidade.

No plano meso, de intervenção mais direta dos agentes regionais, os desafios referidos traduzem-se, na narrativa das entidades e operadores de diferentes setores da Economia do Mar do Alto Minho, e em coerência com a análise e reflexão desenvolvidas e aqui



apresentadas, num consenso em torno da necessidade de qualificação, com o conseqüente desenvolvimento e reforço de competências, em três grandes áreas (cf. capítulo III):

- Organização e gestão;
- Políticas, projetos e intervenções (coerência, eficácia e comunicação);
- Empregos e perfis profissionais utilizados (atual e futuramente) por empresas e operadores da Economia do Mar, num contexto de valorização e densificação das suas fileiras e diferenciação dos produtos e serviços.

Neste contexto, e constituindo objeto predominante deste estudo a **qualificação dos empregos e a formação** - um dos instrumentos privilegiados de aumento e valorização do conhecimento e das intervenções – apresentam-se algumas propostas/ eixos de ação, orientadas para os desafios e áreas de qualificação identificadas como prioritárias, e que enquadram o programa de formação também aqui apresentado.

Estas propostas visam contribuir para que a CIM anime o debate e a reflexão com os atores regionais em matérias identificadas como decisivas para sustentar os investimentos e estratégias em curso – **a formação, a qualificação, o emprego e a valorização das profissões ligadas ao Mar** -, organizando iniciativas em cooperação com parceiros regionais, identificando tomadores para algumas ações e/ ou assumindo-se como promotor de outras.

Da informação recolhida no terreno e da análise efetuada, identificou-se uma preocupação generalizada com a estratégia de qualificação e formação dos ativos enquadrados ou a enquadrar nas atividades da Economia do Mar, nomeadamente no que respeita à náutica, e com o reforço da coerência e eficácia de iniciativas diversas em curso, com caráter pontual e outras mais sistemáticas mas com necessidades de estruturação. Referimo-nos nomeadamente aos projetos apoiados no âmbito do Promar e, também, a iniciativas diversas, mais, ou menos, pontuais, no domínio do empreendedorismo do Mar.



A CIM do Alto Minho poderá assumir um papel de promotor, nalguns casos, de mediador, noutros casos, e sobretudo uma função estruturadora de um programa de qualificação ancorado nas propostas aqui incluídas e nos contributos dos agentes regionais.

V.1. Propostas: áreas de qualificação e perfis profissionais a desenvolver

As necessidades de qualificação identificadas para o Alto Minho, resultam da recolha, análise e interpretação de informação realizadas no âmbito deste estudo, tomam em consideração propostas e avaliações efetuadas em estudos diversos sobre a região (cf. bibliografia consultada) e pretendem constituir o suporte de iniciativas, propostas e projetos dirigidos à valorização e atração de capital humano, social e institucional.

Entende-se como “área de qualificação necessária”, uma área de conhecimento (s) e/ ou de prática (s) e/ ou de comportamento que, de acordo com a informação recolhida e a análise produzida, importa enriquecer, reforçar, incentivar ou tornar mais coerente e eficaz.

PROPOSTA 1 – PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS E CONHECIMENTO: DESENVOLVER UMA VISÃO COMUM

Tendo presente os desafios de desenvolvimento estratégico do Alto Minho, nomeadamente no que respeita à coerência, eficácia e efeito multiplicador dos projetos em curso na área da náutica, propõe-se:

A organização, por parte da CIM, de algumas sessões estruturadas, e objetivadas em torno de resultados esperados, com entidades e operadores de cada setor ou fileira da Economia do Mar, dirigidas à partilha/ criação de uma visão comum sobre as exigências de qualificação profissional e institucional no âmbito da Economia do Mar.



Temas tão diversos como as prioridades associadas à Estratégia 2020, a identificação de áreas de competências chave, nomeadamente as associadas à implementação e sustentabilidade do projeto do Centro do Mar, a criação de um centro de competências para o “empreendedorismo na Economia do Mar”, bem como as propostas aqui efetuadas, poderão constituir temas objeto de análise e discussão nestas sessões.

PROPOSTA 2 – CONTRIBUIÇÃO DA CIM PARA A ESTRUTURAÇÃO DE QUALIFICAÇÕES/ PERFIS PROFISSIONAIS E DA OFERTA FORMATIVA INICIAL

No quadro da estratégia “Alto Minho 2020” e dos investimentos em curso e previstos para a região, sobretudo na área da náutica, afigura-se relevante que o Alto Minho, através da CIM, possa dar o seu contributo para o desenvolvimento de perfis profissionais pertinentes e para a valorização social dos empregos ligados ao Mar e que, nomeadamente:

- Acompanhe a evolução do CNQ e participe na elaboração de propostas de Qualificações/ Perfis ou de formação modular (UFCD’s) a integrar no Catálogo em domínios chave de conhecimento, nas fileiras da Economia do Mar;
- Promova iniciativas de valorização dos empregos e das formações dirigidas à Economia do Mar, junto da população, nomeadamente da população escolar e suas famílias.

Neste contexto, parece ser de avaliar a possibilidade de promover um debate no *cluster*, sobre perfis profissionais já propostos e a propor para integração no Catálogo (considerando, nomeadamente as sugestões deste estudo e a necessidade de reorganização de algumas funções e empregos), bem como sobre modos de organizar ações de formação contínua, de especialização, aperfeiçoamento, desenvolvimento ou prevenção de novas competências, em coerência, sempre que possível, com os módulos do CNQ.

As propostas para integração de Qualificações no Catálogo podem surgir por duas vias:



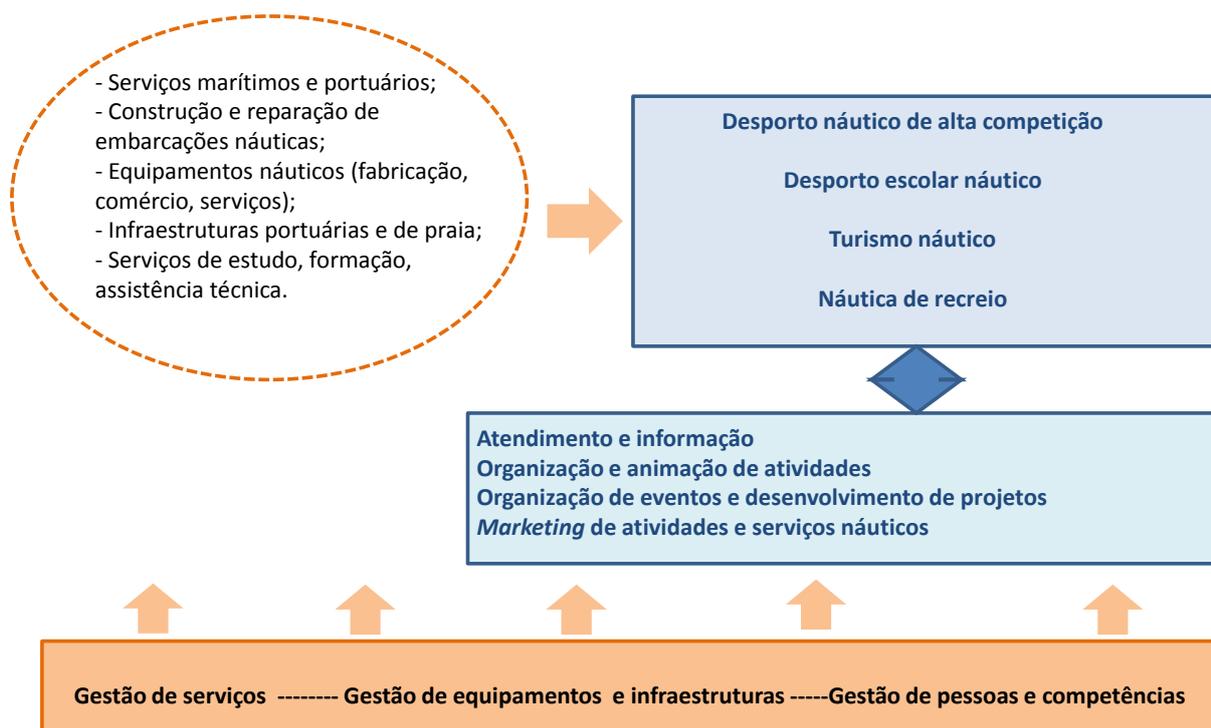
- Através dos Conselhos Setoriais de Qualificação (CSQ), nos quais estão representados organismos, associações, sindicatos, entidades empregadores do respetivo setor ou fileiras de atividade que compõem o Conselho (nota: no caso da Economia do Mar, e tendo em conta a diversidade setorial e de fileiras nucleares e de suporte, verifica-se a sua dispersão por vários Conselhos Setoriais, desde o CSQ do turismo, até ao CSQ das pescas passando pela que integra a indústria de construção e reparação naval);
- Através do método aberto de consulta para atualização do Catálogo - <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/Home/MAC>. Trata-se de *“um mecanismo de consulta permanente e alargado a todas as entidades do Sistema Nacional de Qualificações que possibilita às entidades interessadas a submissão de propostas para a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações”*.

Conforme apresentado no capítulo III, a Economia do Mar, bem como cada um dos seus setores/ fileiras, não está ainda estruturado em matéria de qualificações. Ou seja, algumas das necessidades atuais e previsionais não encontram ainda eco nos perfis profissionais de técnicos intermédios e altamente qualificados integrados no Catálogo. De qualquer modo é importante referir que se tem verificado, nos últimos anos (embora com alguma estagnação em 2012), uma dinâmica relevante em matéria de propostas para análise, bem como intervenções de revisão e atualização dos referenciais de formação tecnológica, entre os quais, os que suportam os perfis da área de turismo e lazer, com inclusão de módulos de formação relevantes do ponto de vista do turismo náutico.

Refira-se, a este propósito das dinâmicas em curso, que a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e a Confederação dos Serviços de Portugal (CSP), assinaram recentemente, dia 1 de julho, em Lisboa, um protocolo de cooperação que visa o desenvolvimento conjunto de iniciativas de promoção e de valorização do ensino profissional na área dos serviços. Os serviços no âmbito da Economia do Mar, nomeadamente os serviços marítimos e portuários e os serviços à náutica, constituem importantes áreas de intervenção que importaria valorizar no âmbito deste protocolo.



Considerando a importância fileira náutica no contexto dos desafios assumidos para a Economia do Mar no Alto Minho, apresenta-se uma proposta de quadro de análise e estruturação de áreas de qualificações/ empregos nesta área que poderá constituir, se assim for considerado relevante, uma base de discussão e de suporte de propostas mais específicas.



Em matéria de empregos/ qualificações de nível não superior, e no quadro da estruturação da fileira, **estão já propostos para integração no Catálogo, as seguintes qualificações, que têm perfis profissionais associados e referenciais de formação (ainda não divulgados):**

Propostas em análise para a eventual integração no Catálogo Nacional de Qualificações

Técnico de Construção de Equipamentos Náuticos

Técnico de Serviços Marítimos e Portuários

Técnico de Turismo Náutico e Ambiental



Com a operacionalização destas qualificações ficam ainda a descoberto áreas de intervenção consideradas chave no âmbito deste estudo. Assim, com o objetivo de promover a densificação da fileira de empregos e considerando a estratégia do Alto Minho para a Economia do Mar, **propõe-se que se avalie, em conjunto com os organismos do setor responsáveis pelas propostas de qualificações junto da entidade gestora do Catálogo, a relevância de serem criados os seguintes perfis:**

Propostas de perfis profissionais que poderão ser avaliadas e apresentadas junto da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

Técnico Especialista na Gestão de Serviços e Equipamentos Náuticos/ nível V

Animador de Atividades Náuticas/ nível IV

Estas propostas situam-se na produção de qualificações de nível não superior. Permanece a necessidade de formar quadros superiores, licenciados em turismo e em gestão, através de uma formação complementar/ de especialização nas áreas da náutica, no sentido de desenvolver competências nos domínios do marketing, da organização de eventos e da gestão náutica.

Uma nota final para referir que estas propostas não afastam, antes exigem, a organização de formação contínua, com dois objetivos principais:

- Responder a necessidades de competências enquanto não são produzidas as qualificações identificadas;
- Responder a necessidades de especialização, nomeadamente, nas áreas do atendimento e informação, da animação da náutica de recreio e do apoio à gestão dos equipamentos que entraram em funcionamento no âmbito do Centro do Mar.

Neste contexto, as propostas relativas à formação contínua são efetuadas em ponto autónomo (V.2.)



PROPOSTA 3 – COORDENAÇÃO DO APOIO DIRIGIDO À CRIAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS E NEGÓCIOS NAS ÁREAS DA ECONOMIA DO MAR

O desenvolvimento e a afirmação da Economia do Mar no Alto Minho exigem produtos e serviços orientados para procuras diferenciadas que permitam, preferencialmente, afirmar a matriz identitária da região e reforçar a cultura marítima. Por estas razões, e sobretudo apoiados pelo GAC no âmbito do Promar, têm sido desenvolvidos alguns projetos de investigação, de inovação e de criação de algumas micro-empresas e negócios em vários domínios da Economia do Mar, desde a valorização do pescado, à sua comercialização, aos novos produtos do mar, às novas tecnologias de apanha marítima e também nos serviços de náutica de recreio e turismo náutico.

Enquadrados no lema do empreendedorismo e do apoio à criação de projetos inovadores, os negócios e micro-empresas propostos e criados carecem, frequentemente, de um apoio mais organizado, sistemático, profissional e qualificado, quer na fase da definição e estruturação da própria ideia de negócio, quer na organização dos meios e recursos para a colocar em marcha a ideia quer, particularmente, no que se refere à sua fase de desenvolvimento e consolidação.

De acordo com a informação recolhida, na região do Alto Minho, e provavelmente despoletado por dinâmicas recentes no domínio dos “negócios do mar”, intervêm diversos agentes e instituições que falam, apoiam, formam e discutem o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento de ideias de negócio ligadas à exploração do mar e dos seus recursos.

Parece-nos contudo, e sem prejuízo da importância do crescimento do número de instituições e agentes preocupados com esta matéria e preocupados com a valorização do “empreendedorismo do mar”, que importa atender à criação de sinergias, estruturando, nomeadamente, informação, conhecimento e formação num centro ou balcão de prestação de serviços à geração de ideias e negócios no âmbito da Economia do Mar no Alto Minho.



Este centro/ balcão deverá reunir: a) profissionais qualificados, com conhecimento da estratégia, dinâmicas e oportunidades regionais no âmbito da Economia do Mar e com experiência no apoio à inovação e empreendedorismo; b) informação chave que apoie a geração e contextualização de ideias; c) conhecimento que permita orientar e formar potenciais investidores e empreendedores; d) apoio qualificado à estruturação de empresas e negócios; e) competências de acompanhamento e avaliação nas diferentes fases dos negócios e das empresas.

V.2. Proposta de programa de formações contínuas e modulares (Proposta 4)

Na sequência do diagnóstico, informação, reflexão e propostas aqui apresentadas, assume-se como necessário e oportuno organizar e desenvolver oferta de formação contínua na região do Alto Minho dirigida a domínios de competência exigidos pelas dinâmicas e projetos em curso, nomeadamente na área da náutica, bem como os exigidos pelo objetivo de afirmar o Alto Minho como destino náutico e ambiental.

As propostas de formação contínua aqui apresentadas, não esgotam as necessidades identificadas, antes obedecem a prioridades decorrentes dos projetos e investimentos em curso. Em cada proposta estão identificados potenciais parceiros promotores.

Por seu turno, estas propostas pretendem-se complementares às já efetuadas em matéria de criação de novas Qualificações. As novas Qualificações são suportadas numa formação inicial de longa duração, sendo que as formações contínuas aqui propostas pretendem criar e desenvolver áreas de competências mais específicas em profissionais com uma formação de base já adquirida.

Para organizar e realizar formação pertinente e eficaz, devem ser obtidas respostas às seguintes questões: O que se pretende obter com o investimento em formação? Pretende-



se atualizar conhecimentos, de forma transversal, criar/ reforçar conhecimentos, aptidões ou atitudes específicas e contextualizadas? Formar para uma função ou posto de trabalho? Quais os públicos-alvo da formação? São estas as questões que orientaram as propostas que se apresentam seguidamente.

PROPOSTA 4

São três ações e um conjunto de módulos de formação que fazem parte desta proposta de programa. Todas obedecem a dois princípios:

- i) São propostas e, como tal, deverão ser aprofundadas e especificadas pelos operadores e especialistas de formação nas diversas áreas;
- ii) Os conteúdos de formação, modulares, deverão, sempre que possível e adequado, corresponder a unidades de formação de curta duração capitalizáveis e que permitam o reconhecimento noutros contextos.

As ações de formação contínua que integram a presente proposta de programa de formação, a dinamizar pela CIM do Alto Minho, em estreita colaboração com operadores de formação, associações e empresas, são as seguintes:

Propostas de ações de especialização/ desenvolvimento de emprego e perfis

Objectivo: contribuir para o desenvolvimento de perfis de intervenção e para a capacitação regional em matéria de oferta formativa

Ação de formação de “Animadores de desportos náuticos” – ficha 1

Ação de formação de “Animadores em náutica de recreio”- ficha 2

Ação de formação de “Gestão de serviços náuticos” – ficha 3



cim alto minho
comunidade intermunicipal do minho-lima

Propostas de organização de módulos de formação

Objetivo: contribuir para a diversificação da oferta de formação contínua dirigida a profissionais que operam em áreas diversas da economia do mar

FORMAÇÃO MODULAR – ficha 4

Informação e atendimento turístico

“Empreendedorismo” na Economia do Mar

Organização de eventos náuticos

Construções e reparação de embarcações náuticas



FICHA DE AÇÃO 1

- PROPOSTA A VALIDAR E ENRIQUECER COM OPERADORES REGIONAIS -

1. DESIGNAÇÃO

Animador de Desportos Náuticos

2. MODALIDADE

Formação contínua de especialização/ contexto.

Nota: Esta formação poderá configurar, com as devidas adaptações, uma formação de especialização, pós-superior, a ministrar pelo IPVC.

3. ENQUADRAMENTO

Em que consiste?	Formação contínua, modular, orientada para a criação/ reforço de conhecimentos, <i>skills</i> e comportamentos no domínio da animação de desportos náuticos dirigidos à população escolar, cuja prática pode ser enquadrada pelo Centro do Mar ou por outros equipamentos existentes no Alto Minho (exs de desportos: vela, remo, canoagem, <i>surf</i> , <i>Kitesurf</i>).
A que necessidades ou desafios pretende responder?	Pretende responder aos desafios de intervenção suscitados pelo projeto “Náutica para Todos” bem como aos objetivos de alargamento da base de praticantes de desportos náuticos na região do Alto Minho
Quais os (potenciais) destinatários da formação?	Licenciados nas áreas de Desporto ou Educação Física, interessados em desenvolver atividades de animação na área dos desportos náuticos. Técnicos recrutados no âmbito do projeto “Náutica para Todos”.

4. DESCRIÇÃO GERAL

Animador de desportos náuticos: Planear, organizar e executar atividades desportivas náuticas dirigidas à população escolar, incentivando a sua prática, colaborar na gestão e manutenção de instalações e de equipamentos desportivos e participar na conceção, desenvolvimento e avaliação de programas e atividades desportivas escolares.



5.OBJETIVOS DE COMPETÊNCIAS

No final desta Ação os participantes deverão ser capazes de:

- Identificar os desafios e exigências (técnico-pedagógicas, socioculturais, legais e institucionais) do alargamento da base de praticantes de desportos náuticos nos concelhos do Alto Minho, na sua relação com as escolas, com as famílias e com as instituições promotoras regionais;
- Identificar e caracterizar os requisitos, enquadramento legal e exigências de cada um dos desportos náuticos praticados no Alto Minho;
- Identificar e utilizar técnicas de mobilização da população escolar para a prática de desportos náuticos, no quadro da estratégia e dos projetos definidos regionalmente ou localmente;
- Aplicar técnicas de mobilização e motivação da população escolar para a prática de desportos náuticos;
- Elaborar e executar, em segurança, programas de atividades desportivas náuticas;
- Aplicar técnicas de animação e de treino desportivo.

6.PROGRAMA (MÓDULOS OBRIGATÓRIOS/ MO; MÓDULOS ALTERNATIVOS/MA)

MO1: Náutica no Alto Minho: enquadramento nos objetivos dos projetos em curso; exigências associadas ao desafio do alargamento da base de praticantes de atividades náuticas.

MO2: Atividades náuticas para populações escolares: abordagens, pedagogia, técnicas de animação e motivação, organização de atividades, avaliação de atividades.

MO3: Noções básicas de segurança, traumatologia e socorrismo nos desportos náuticos.

MO4: Atividades náuticas em populações especiais.

MO5: Desenho e organização de programas e projetos de desporto náutico.

MO6: Comunicação e relações interpessoais.

MO7: Aprovisionamento e logística nos desportos náuticos.

MA1:Canoagem: enquadramento e requisitos gerais da modalidade, materiais e equipamentos, condições de segurança de pessoas e equipamentos, fundamentos técnicos e táticos da modalidade, legislação e regulamentos aplicáveis.

MA2:Surf: enquadramento e requisitos gerais da modalidade, materiais e equipamentos, condições de segurança de pessoas e equipamentos, fundamentos técnicos e táticos da modalidade, legislação e regulamentos aplicáveis.



MA3: Remo: enquadramento e requisitos gerais da modalidade, materiais e equipamentos, condições de segurança de pessoas e equipamentos, fundamentos técnicos e táticos da modalidade, legislação e regulamentos aplicáveis.

MA 4:Vela: enquadramento e requisitos gerais da modalidade, materiais e equipamentos, condições de segurança de pessoas e equipamentos, fundamentos técnicos e táticos da modalidade, legislação e regulamentos aplicáveis.

7. DURAÇÃO PROPOSTA

Duração mínima: 50h, organizadas em módulos.

A duração deverá ser ajustada, em função do perfil dos participantes na formação.

8. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DA ABORDAGEM FORMATIVA

O princípio metodológico chave é a abordagem baseada em problemas (ABP) e ancorada no contexto de intervenção dos participantes, nomeadamente no quadro do projeto “Náutica para Todos”.

Deverão ser realizadas:

- Atividades orientadas para os objetivos e a estratégia definida para o alargamento da base de praticantes de atividades náuticas e de acordo com as necessidades expressas pelos participantes;
- Análise e discussão de casos práticos e simulações;

A avaliação dos resultados da aprendizagem deverá ser feita ao longo da formação através da realização de exercícios formativos e, de forma sumativa, através de um trabalho de projeto.

9. PROMOTOR

CIM do Alto Minho em colaboração com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (Escola de Desporto e Lazer) e os Clubes Náuticos.



FICHA DE AÇÃO 2

- PROPOSTA A VALIDAR E ENRIQUECER COM OPERADORES REGIONAIS -

1. DESIGNAÇÃO

Animador em Náutica de Recreio

2. MODALIDADE

Formação contínua de especialização/ contexto.

Nota: Esta formação poderá configurar, com as necessárias adaptações, um Curso de Especialização Tecnológica, a promover pelo IPVC ou por outras instituições formativas da região.

3. ENQUADRAMENTO

Em que consiste?	Formação contínua, modular, orientada para a criação/ reforço de conhecimentos, <i>skills</i> e comportamentos no domínio da animação de atividades náuticas de recreio dirigidas a públicos diversos (nacionais e estrangeiros) que procuram, ou poderão procurar, o Alto Minho como destino de lazer, de recreio ou turístico. Trata-se de uma formação que pretende criar e desenvolver competências de execução de serviços recreativos e de lazer na área da náutica e que são oferecidos, predominantemente, pelas empresas marítimo-turística (empresas e escolas náuticas dirigidas a públicos diferenciados).
A que necessidades ou desafios pretende responder?	Esta formação contínua de especialização pretende contribuir para colmatar os défices de qualificação, e de competências, identificados na região do Alto Minho, em matéria de organização, animação e execução de atividades náuticas de recreio dirigidas a grupos e populações diferenciadas que procuram a região como destino turístico e de lazer.
Quais os (potenciais) destinatários da formação?	Jovens detentores do 12º ano, preferencialmente concluído num percurso profissionalizante (cursos profissionais na área do turismo, da animação desportiva e recreativa, etc) motivados para desenvolver atividade em empresas e organizações marítimo-turísticas da região do Alto Minho. Profissionais, não treinadores, que desenvolvem atividade nas empresas e organizações náuticas.



4. DESCRIÇÃO GERAL

Animador em náutica de recreio: Planear, organizar e executar programas e atividades náuticas no quadro de uma organização, enquadrando os clientes/participantes, sob o ponto de vista técnico e turístico, na respetiva atividade e modalidade e participar na gestão e manutenção de instalações e de equipamentos.

5. OBJETIVOS DE COMPETÊNCIAS

No final desta Ação os participantes deverão ser capazes de:

- Identificar os desafios e exigências (técnicos, socioculturais, legais e institucionais) associados ao desenvolvimento da náutica de recreio no Alto Minho e à diferenciação das ofertas de animação, no quadro da marca “Viana Terra Náutica” e da estratégia de afirmação do Alto Minho como destino náutico;
- Identificar e caracterizar os requisitos, enquadramento legal e exigências das modalidades náuticas (consoante especialização);
- Identificar e utilizar técnicas de animação e organização de atividades e eventos lúdicos e recreativos, no quadro da organização ou empresa na qual operam;
- Aplicar técnicas de mobilização de públicos diferenciados para a prática de modalidades náuticas;
- Aplicar técnicas e procedimentos de gestão e manutenção de instalações e equipamentos, no âmbito da organização em que operam e conforme responsabilidades atribuídas;
- Elaborar programas de atividades náuticas de recreio;
- Executar, com eficácia e em segurança, atividades náuticas com públicos diferenciados.

6. PROGRAMA (MÓDULOS OBRIGATÓRIOS/ MO; MÓDULOS ALTERNATIVOS/MA)

MO1: Náutica no Alto Minho: enquadramento nos objetivos dos projetos em curso; exigências associadas aos desafios do alargamento e da diferenciação de ofertas de animação e serviços na área da náutica de recreio.

MO2: Náutica de recreio: enquadramento; caracterização; atividades, jogos e programas; públicos potenciais; técnicas de animação; técnicas de avaliação.

MO3: Procura e oferta turística no Alto Minho.

MO4: Náutica segura.

MO5: Atendimento, informação e comunicação com o cliente.

MO6: Noções básicas de segurança e socorrismo associadas à prática das modalidades náuticas.



MO7: Desenho e organização de programas e atividades de náutica de recreio.

MO8: Língua inglesa aplicada ao turismo náutico

MO9: Língua espanhola aplicada ao turismo náutico

M10: Noções de marketing turístico: técnicas de abordagem e motivação de públicos para a prática de atividades náuticas.

MA1: Canoagem: enquadramento e requisitos gerais da modalidade, materiais e equipamentos, condições de segurança de pessoas e equipamentos, fundamentos técnicos e táticos da modalidade, legislação e regulamentos aplicáveis.

MA2: Surf: enquadramento e requisitos gerais da modalidade, materiais e equipamentos, condições de segurança de pessoas e equipamentos, fundamentos técnicos e táticos da modalidade, legislação e regulamentos aplicáveis.

MA3: Remo: enquadramento e requisitos gerais da modalidade, materiais e equipamentos, condições de segurança de pessoas e equipamentos, fundamentos técnicos e táticos da modalidade, legislação e regulamentos aplicáveis.

MA 4: Vela: enquadramento e requisitos gerais da modalidade, materiais e equipamentos, condições de segurança de pessoas e equipamentos, fundamentos técnicos e táticos da modalidade, legislação e regulamentos aplicáveis.

MA5: Kitesurf: enquadramento e requisitos gerais da modalidade, materiais e equipamentos, condições de segurança de pessoas e equipamentos, fundamentos técnicos e táticos da modalidade, legislação e regulamentos aplicáveis.

MA6: Língua francesa aplicada ao turismo náutico

MA7: Língua alemã aplicada ao turismo náutico

7. DURAÇÃO PROPOSTA

Duração mínima: 75h, organizadas em módulos.

A duração deverá ser ajustada, em função do perfil dos participantes na formação.

8. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DA ABORDAGEM FORMATIVA



cim alto minho
comunidade intermunicipal do minho-lima

O princípio metodológico chave é a abordagem baseada em problemas (ABP) reportada aos contextos de inserção dos participantes (empresas marítimo-turísticas, equipamentos náuticos, etc).

Deverão ser realizadas:

- Atividades orientadas para os objetivos e a estratégia definida na região, no que respeita à diferenciação de produtos e ofertas de animação, e de acordo os contextos e necessidades dos participantes;
- Análise e discussão de casos práticos e simulações;

A avaliação dos resultados da aprendizagem deverá ser feita ao longo da formação através da realização de exercícios formativos e, de forma sumativa, através de um trabalho de projeto.

9. PROMOTOR

CIM do Alto Minho em colaboração com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (Escola de Desporto e Lazer e Escola de Gestão) e os profissionais de Clubes e Empresas Náuticas



FICHA DE AÇÃO 3

- PROPOSTA A VALIDAR E ENRIQUECER COM OPERADORES REGIONAIS -

1. DESIGNAÇÃO

Gestor de serviços náuticos

2. MODALIDADE

Formação contínua de especialização/ contexto

Nota: Esta formação poderá configurar, com as devidas adaptações, uma formação de especialização pós-superior, a ministrar pelo IPVC.

3. ENQUADRAMENTO

Em que consiste?	Formação contínua, modular, orientada para a criação/ reforço de conhecimentos, <i>skills</i> e comportamentos no domínio da gestão e desenvolvimento de serviços à náutica, no âmbito da estratégia definida para o Alto Minho, e nomeadamente os exigidos pela entrada em funcionamento do Centro do Mar.
A que necessidades ou desafios pretende responder?	Pretende responder ao objetivo de profissionalizar e qualificar a organização e a gestão de serviços à náutica, contribuindo para a sustentabilidade dos investimentos realizados e em curso no Alto Minho. Mais especificamente, a Ação pretende responder a desafios ao nível da montagem, organização e gestão dos serviços nos domínios da náutica de recreio, do turismo náutico e do desporto náutico.
Quais os (potenciais) destinatários da formação?	Licenciados, preferencialmente em gestão, interessados em contribuir para a dinamização dos projetos em curso. Poderão também ser destinatários desta formação, técnicos enquadrados em associações, clubes ou empresas náuticas que pretendam desenvolver competências de gestão de equipamentos e serviços náuticos.



4. DESCRIÇÃO GERAL

Gestor de serviços náuticos: Assegurar os procedimentos necessários à prestação de serviços à náutica, nomeadamente à náutica de recreio e ao turismo náutico, com qualidade e segurança, e em conformidade com a estratégia de serviço definida no âmbito do Centro do Mar e/ ou de outros equipamentos/ empresas na área da náutica.

5.OBJETIVOS DE COMPETÊNCIAS

No final desta Ação os participantes deverão ser capazes de:

- Identificar os desafios e exigências (técnicas, culturais, legais e institucionais) associados ao desenvolvimento e diferenciação de serviços à náutica, no quadro da marca “Viana Terra Náutica” e das necessidades de afirmação do Alto Minho como destino náutico;
- Identificar e caracterizar os serviços à náutica, os seus princípios e requisitos de promoção, montagem e gestão;
- Identificar oportunidades de negócio, na fileira dos serviços à náutica;
- Aplicar técnicas e princípios de liderança e de gestão (administrativa, financeira, RH, comercial) na prestação de serviços;
- Operacionalizar modelos e práticas de gestão de serviço, assegurando níveis de eficiência, eficácia e qualidade.

6.PROGRAMA (MÓDULOS OBRIGATÓRIOS/ MO; MÓDULOS ALTERNATIVOS/MA)

MO1: Náutica no Alto Minho: enquadramento nos objetivos dos projetos em curso; exigências associadas ao desafio da densificação e valorização da fileira de serviços à náutica.

MO2: Serviços náuticos: enquadramento, tipologia, segmentos de procura, exigências, ideias e oportunidades de negócios.

MO3: Noções básicas sobre atividades náuticas: enquadramento legal, condições, requisitos associados à prática das diferentes modalidades.

MO4: Gestão de equipamentos náuticos

MO5: Modelos de serviço.

MO6: Qualidade e eficácia na gestão de serviços à náutica.

MO7: Marketing de serviços à náutica.

MO8: Ideias e oportunidades de negócio na área dos serviços à náutica.

MO9: Liderança e gestão de pessoas e competências.



MA1: Língua inglesa aplicada ao turismo náutico.
MA2: Língua francesa aplicada ao turismo náutico.
MA3: Língua espanhola aplicada ao turismo náutico.
MA4: Língua alemã aplicada ao turismo náutico.
MA5: Estrutura e comunicação organizacional.

7. DURAÇÃO PROPOSTA

Duração mínima: 75h, organizadas em módulos.
A duração deverá ser ajustada, em função do perfil dos participantes na formação.

8. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DA ABORDAGEM FORMATIVA

O princípio metodológico chave é a abordagem baseada em problemas (ABP) e ancorada no contexto de intervenção dos participantes. Deverão ser realizadas:

- Atividades orientadas para os objetivos e a estratégia definida para o desenvolvimento de serviços e as oportunidades identificadas;
- Análise e discussão de casos práticos e simulações;

A avaliação dos resultados da aprendizagem deverá ser feita ao longo da formação através da realização de exercícios formativos e, de forma sumativa, através de um trabalho de projeto.

9. PROMOTOR

CIM do Alto Minho em colaboração com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (Escola de Desporto e Lazer, Escola de Gestão, Escola de Ciências Empresariais).



FICHA DE AÇÃO 4

MÓDULOS DE FORMAÇÃO A PROMOVER NO ALTO MINHO

- PROPOSTA A VALIDAR E ENRIQUECER A PARTIR DOS CONTRIBUTOS DE INSTITUIÇÕES E OPERADORES -

As propostas que seguidamente se apresentam tem por objetivo disponibilizar oferta formativa, modular, orientada para o desenvolvimento de competências em diferentes segmentos de atividade, setores e empregos da Economia do Mar.

São módulos de formação, muitos deles integrados no Catálogo Nacional de Qualificações, com duração de 25h ou 50h, que poderão ser organizados e promovidos por instituições formativas da região – Escolas Profissionais, FORMAR, IPVC – , e que respondem a problemas de qualificação identificados no terreno, contribuindo para a valorização da oferta formativa dirigida à Economia do Mar.

Sem preocupações de exaustividade e considerando, uma vez mais os pilares da estratégia definida para o Alto Minho no domínio da Economia do Mar, elegeram-se quatro áreas de atividade/ empregos:

Informação e atendimento turístico

“Empreendedorismo” na Economia do Mar

Organização de eventos náuticos

Construções e reparação de embarcações náuticas

Releva-se, em coerência com o explicitado ao longo deste relatório, que setores ou fileiras como a construção naval, a transformação de pescado, a aquicultura, as novas tecnologias marítimas, os serviços portuários e logística, são igualmente domínios de atividade e de empregos que importa qualificar permanentemente e onde existem também problemas e desafios de qualificação. Tratam-se contudo de áreas que estão em reestruturação, inclusive no contexto nacional – caso da construção e reparação naval – ou, noutros casos – por ex, as



tecnologias marítimas – apresentam um grau de especificidade e tecnicidade elevados, estando o conhecimento concentrado num número reduzido de operadores e instituições formativas e, ainda, noutros casos ainda – exemplos da aquicultura e da transformação de pescado – são áreas que têm oferta de formação mais estruturada, seja a organizada por operadores do setor, seja pelos centros de formação setoriais.

FORMAÇÃO MODULAR PARA A QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO E INFORMAÇÃO TURÍSTICA

OBJETIVO

Desenvolver competências na informação, atendimento e promoção do turismo náutico

DESTINATÁRIOS

Profissionais que desenvolvem funções: nos postos de turismo; na receção e acolhimento de turistas nacionais e estrangeiros em locais diversos; na receção e atendimento de públicos que se dirigem aos equipamentos náuticos localizados no Alto Minho

PROPOSTAS DE MÓDULOS DE FORMAÇÃO A PROMOVER NA REGIÃO:

Náutica no Alto Minho: estratégia, projetos e serviços – 25h

Informação e promoção do destino náutico Alto Minho – 25h

Património cultural e ambiental do Alto Minho – 25h

Qualidade no atendimento – 25h

Informação e Atendimento – Língua estrangeira (técnico) – 50h/ cada língua.



FORMAÇÃO MODULAR PARA O “EMPREENDEDORISMO NA ECONOMIA DO MAR”

OBJETIVO

Suscitar, enquadrar, qualificar e acompanhar ideias e projetos, de negócios e/ ou empresas

DESTINATÁRIOS

Indivíduos à procura de uma oportunidade de negócio nas áreas da Economia do Mar.
Populações destinatárias de projetos de desenvolvimento local ou regional (ex: projeto Aldeias do Mar).
Profissionais que têm em curso projetos ou micro empresas em qualquer área da Economia do Mar.
Indivíduos motivados para criar valor no Alto Minho, nos setores e atividades da Economia do Mar.

PROPOSTAS DE MÓDULOS DE FORMAÇÃO:

Da ideia à oportunidade de negócio: o contexto da Economia do Mar no Alto Minho – 50h
Da oportunidade ao negócio ou empresa – 50h
Desenvolvimento e sustentabilidade do negócio ou empresa – 50h
Náutica no Alto Minho: estratégia, dinâmicas e oportunidades – 25h
Plano de negócio: fatores críticos – 25h
A empresa e o negócio: diferenças e complementaridades – 25h
Gestão de micronegócios – 25h
Gestão de microempresas – 25h
Desenvolvimento pessoal – 50h



FORMAÇÃO MODULAR PARA A QUALIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS NÁUTICOS

OBJETIVO

Desenvolver competências no domínio da organização de eventos náuticos na região do Alto Minho

DESTINATÁRIOS

Profissionais que promovem e participam na organização de eventos náuticos no Alto Minho (desportivos ou outros) e que desenvolvem a sua atividade nos Clubes, nas empresas marítimo-turísticas, em escolas, nas autarquias ou noutras instituições

PROPOSTAS DE MÓDULOS DE FORMAÇÃO:

Desenvolvimento de conceitos para projetos de organização de eventos – 25h
Organização e gestão de eventos: princípios chave e fatores de sucesso – 50h
Planeamento de recursos para os projetos de organização de eventos – 25h
Planeamento e implementação de atividades promocionais, de marketing e vendas em eventos – 25h
Planeamento das relações com os órgãos de comunicação social – 25h
Elaboração de orçamentos e procedimentos de contabilidade para projetos de organização de eventos – 50h



FORMAÇÃO MODULAR PARA A QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE RECREIO

OBJETIVO

Desenvolver e aperfeiçoar competências dos profissionais que desenvolver ou poderão desenvolver atividade no setor da construção e reparação de embarcações náuticas, em organizações diversas.

DESTINATÁRIOS

Trabalhadores de empresas de construção e/ ou reparação de embarcações náuticas da região do Alto Minho.

Trabalhadores de pequenos estaleiros de construção e reparação naval (não metálica).

Profissionais, com experiência na indústria de construção e reparação naval metálica ou na indústria metalúrgica, à procura de conhecimentos para operar na construção e reparação de embarcações rígidas e semi-rígidas.

PROPOSTAS DE MÓDULOS DE FORMAÇÃO:

Tecnologia dos Materiais – 50h

Mecânica dos materiais – 25h

Pneumática e hidráulica – 25h

Máquinas marítimas – teoria – 25h

Desenho técnico – 50h

Navegação e condução de embarcações – 50h

Construção de moldes e pré-moldes – 25h

Construção em polímeros reforçados com fibras – 50h

Pintura e acabamentos – 25h

Manutenção e reparação naval – 25h

Segurança marítima – 50h

Traçagem de embarcações – 50h



VI. Guião para a concretização de propostas

Com o propósito de apoiar a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM) na preparação, organização e operacionalização de intervenções/ ações propostas no âmbito do presente estudo, definiram-se linhas orientadoras de atuação associadas a cada principal domínio de proposta. Pretende-se assim, facilitar a utilização deste relatório como instrumento de trabalho, nomeadamente na interlocução entre a CIM e as entidades nacionais e regionais que intervêm, efetivamente e potencialmente, na qualificação dos profissionais, das organizações e dos setores da Economia do Mar no Alto Minho, com destaque para a área da náutica.

Releva-se contudo, que uma eficiente e eficaz utilização deste Guião como suporte de intervenções intermunicipais, estratégicas, integradas e mobilizadoras de diferentes atores, não dispensa uma incursão no conteúdo global deste relatório, bem como a incorporação de nova informação e conhecimento resultantes do processo de preparação, organização e concretização das ações.

Assume-se pois que a CIM do Alto Minho poderá desempenhar, nalguns casos, um papel de promotor e, noutros casos, de mediador, e sobretudo uma função estruturadora de um programa de qualificação ancorado nas propostas aqui incluídas e nos contributos dos agentes regionais.

As linhas orientadoras de atuação – guião -, organizam-se em torno das áreas de proposta identificadas no capítulo V, não existindo qualquer intenção quanto à sua prioridade, sendo que todas elas se revestem de elevada pertinência. Competirá à CIM, no quadro da sua estratégia de intervenção e em função da avaliação da oportunidade e relevância estabelecer uma programação temporal ou hierarquização das propostas apresentadas.

Conforme explicitado no referido capítulo, as propostas *“visam contribuir para que a CIM anime o debate e a reflexão com os atores regionais em matérias identificadas como*



decisivas para sustentar os investimentos e estratégias em curso – a formação, a qualificação, o emprego e a valorização das profissões ligadas ao Mar -, organizando iniciativas em cooperação com parceiros regionais, identificando tomadores para algumas ações e/ ou assumindo-se como promotor de outras”.

PROPOSTA 1 – PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS E CONHECIMENTO: DESENVOLVER UMA VISÃO COMUM

Em que consiste: Na organização, por parte da CIM, de algumas sessões estruturadas, e objetivadas em torno de resultados esperados, com entidades e operadores de cada setor ou fileira da Economia do Mar, dirigidas à partilha/ criação de uma visão comum sobre as exigências de qualificação profissional e institucional no âmbito da Economia do Mar (cf página 72 do presente relatório).

Objetivo: identificar interesses e objetivos comuns em torno da qualificação profissional e institucional e definir áreas de cooperação/ parceria. Sem a criação de uma visão partilhada é mais difícil mobilizar os atores locais para a dinamização ou colaboração em projetos.

Etapas para a concretização:

1. Selecionar 3/ 4 temas centrais para a afirmação da Economia do Mar no Alto Minho, do ponto de vista da qualificação de pessoas, organizações e serviços.
2. Elaborar um programa de *workshop's* (mensais) – cada um dedicado a um tema – no qual devem constar os objetivos, duração (máximo 3h) e resultados esperados de cada *workshop*.
3. Identificar o leque de interlocutores relevantes para cada tema.
4. Divulgar o programa de *workshops* e efectuar os convites
5. Preparar, elaborar e divulgar o programa de trabalho de cada sessão
6. Realizar o programa de *workshops* e divulgar as conclusões e compromissos obtidos junto de cada participante.



Notas:

- Temas possíveis: a) Áreas de colaboração e complementaridades de intervenção entre empresas marítimo-turísticas e clubes na promoção de uma “cultura de mar” no Alto Minho; b) Competências chave associadas à qualidade de serviço no turismo náutico; c) O “empreendedorismo na economia do Mar”: aspetos críticos associados ao sucesso dos projetos; d) Centro do Mar: construir o caminho para a profissionalização dos serviços à náutica.
- A preparação e condução dos workshops são aspetos críticos do seu sucesso.

**PROPOSTA 2 – CONTRIBUIÇÃO DA CIM PARA A ESTRUTURAÇÃO DE QUALIFICAÇÕES/
PERFIS PROFISSIONAIS E DA OFERTA FORMATIVA INICIAL**

Em que consiste (cf página 73 do presente relatório):

- No acompanhamento da evolução do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), participando ou sugerindo, junto da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional /ANQEP) ou de entidades que integram os Conselhos Setoriais para a Qualificação, a análise e/ ou inclusão de novas Qualificações/ Perfis ou de formação modular (UFCD’s) no CNQ, em domínios chave de conhecimento, nas fileiras da Economia do Mar;
- Na organização de iniciativas de apresentação de empregos e formações dirigidas à Economia do Mar, junto da população, nomeadamente da população escolar (até 12º ano) e suas famílias – “O mês das profissões do Mar”

Objetivo: Promover a valorização social dos empregos associados à Economia do Mar no Alto Minho e contribuir para o desenvolvimento de perfis profissionais e de oferta formativa relevantes.



Etapas para a concretização:

1. Promover a análise e/ ou inclusão de novas qualificações/ perfis profissionais no CNQ (feito directamente pela CIM ou, por sugestão desta, através de um organismo ou associação do Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar)

1.1. Analisar o conteúdo deste relatório no que respeita ao capítulo “III.2. Qualificação, competências e perfis profissionais”;

1.2. Selecionar em conjunto com organizações ligadas à economia do Mar, os perfis mais importantes a estruturar, criar ou desenvolver. Na página 76 e segs deste relatório estão explicitadas as propostas de Qualificações/ Perfis que estão em análise na Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) bem como propostas de perfis que foram identificados como pertinentes no âmbito deste estudo;

1.3 Estabelecer um contacto com a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP) no sentido de agendar uma reunião para: manifestar o interesse no desenvolvimento das qualificações e perfis associados à economia do Mar; identificar o ponto de situação das propostas em curso; avaliar o modo mais adequado de fazer chegar propostas de perfis nomeadamente as decorrentes deste estudo (que terão de ser desenvolvidas).

Notas:

- Nas páginas 73 e 74 deste relatório são explicitados os dois modos principais de acesso à participação no desenvolvimento do Catálogo Nacional de Qualificações;
- As qualificações ou perfis profissionais que se encontram no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) têm correspondência em perfis de formação, constantes também no CNQ e constituem o referencial para a oferta de formação inicial não superior, nomeadamente a oferta das escolas profissionais e a oferta de cursos de especialização tecnológica (CET), por parte de escolas superiores, escolas profissionais ou escolas secundárias;
- A integração de novas qualificações/ perfis profissionais no CNQ, traduz um consenso sobre a mais-valia da qualificação, à qual corresponderá um determinado nível, e



permite enquadrar novas ofertas formativas no sistema educativo, que poderão ser promovidas pelas escolas;

- Os Conselhos Setoriais funcionam junto da ANQEP, são compostos por entidades diversas de um determinado sector (ex: turismo) e são espaços/ reuniões onde são ouvidos peritos, organizações e formadores e onde se discutem os perfis profissionais e os perfis de formação que são introduzidos no Catálogo;
- As qualificações/ perfis integrados no Catálogo são “formados” em cursos enquadrados no sistema educativo, reportados a níveis do Quadro Nacional de Qualificações e, por isso, certificados.

2. Iniciativas orientadas para a promoção e valorização de empregos associados à economia do Mar no Alto Minho: “O mês das profissões do Mar”

2.1. Promover uma reunião com escolas básicas, secundárias e profissionais do Alto Minho para apresentar a ideia e ajudar a formatar o programa de “O mês das profissões do Mar”, iniciativa dirigida à população escolar e suas famílias.

2.2. Identificar e seleccionar um conjunto de profissões/ empregos ligados às atividades do Mar (desporto náutico, turismo náutico, construção e reparação de embarcações, investigação e desenvolvimento, transportes marítimos, etc);

2.3. Identificar e seleccionar profissionais no ativo detentores das profissões/ empregos seleccionados ou, em alternativa, no caso de ser um emprego futuro, uma instituição de formação que esteja a oferecer o respectivo perfil de formação.

2.4. Organizar um projeto piloto – uma sessão semanal, durante um mês em quatro concelhos diferentes – de apresentação de 4 profissões/ empregos ligados ao Mar. Cada sessão poderá ser dedicada a uma profissão/ emprego, não deverá ter duração superior a 1,5h, e poderá ser orientada para a exploração do conteúdo da profissão, dos contextos de exercício, das competências exigidas e das possibilidades de evolução.



PROPOSTA 3 – COORDENAÇÃO DO APOIO DIRIGIDO À CRIAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS E NEGÓCIOS NAS ÁREAS DA ECONOMIA DO MAR

Em que consiste: Na criação, ou apoio à criação de um balcão de prestação de serviços e de apoio à geração, desenvolvimento e concretização de projetos e negócios no âmbito da economia do Mar no Alto Minho (cf página 77 do presente relatório)

Objetivo: Criar sinergias e estruturar informação, conhecimento e serviços (nomeadamente formação) num centro ou balcão regional de apoio ao empreendedorismo e auto-emprego em áreas relevantes para a o desenvolvimento da economia do Mar no Alto Minho.

Etapas para a concretização:

1. Identificar atores e entidades regionais que operam no Alto Minho, no apoio à geração de ideias, concretização e acompanhamento de projetos e financiamento de atividades e pequenos negócios nas diversas áreas da economia do Mar;
2. Identificar, a partir de estudos em curso e realizados, áreas de atividade chave para a reconversão de empregos ou para dinamização de serviços;
3. Identificar e avaliar fatores críticos de sucesso e fatores geradores de insucesso em projetos e negócios criados e/ ou em curso;
4. Criar uma base de informação sobre a oferta formativa existente na região e a formação necessária, que pode ser promovida, de apoio ao empreendedorismo e auto-emprego;
5. Desenhar um modelo de balcão de apoio ao “Empreendedorismo e Auto-Emprego na Economia do Mar” que: disponibilize informação sobre domínios relevantes e oportunos de reconversão profissional e criação de novos serviços ou produtos; reúna serviços essenciais ao sucesso de micro-empresas, projetos e negócios; estruture conhecimento e informação dispersa por vários projetos e entidades; organize, em colaboração com entidades formadoras e organizações da economia do Mar, módulos e programas de formação dirigidos a empreendedores, empresários de micro-empresas, pessoas à procura de reconversão profissional.



PROPOSTA 4 – PROGRAMA DE FORMAÇÕES CONTÍNUAS E MODULARES

Em que consiste: Trata-se de uma proposta de organização de cursos de formação contínua com duração ajustável e de organização de módulos de formação (cursos de mais curta duração) em áreas consideradas relevantes, no âmbito deste estudo, para o desenvolvimento de competências associadas a valorização do emprego em áreas da economia do Mar, nomeadamente a náutica, e para a criação e desenvolvimento de novos serviços e atividades.

Os cursos de formação aqui propostos (Fichas 1,2 e 3 a partir da página 79 deste relatório) não correspondem ainda a qualificações/ perfis integrados no Catálogo Nacional de Qualificações mas poderão ser um caminho para a estruturação de propostas de Cursos Profissionais (nível IV) ou CET -Cursos de Especialização Tecnológica (nível V), a avaliar junto da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional. Neste contexto, e em função dos objetivos e dos destinatários, os cursos poderão dar origem a CET (nível V) ou cursos superiores de especialização a integrar pelo IPVC na sua oferta formativa, ou poderão dar origem a cursos profissionais (nível IV) a ministrar nas Escolas Profissionais da região e/ ou, simplesmente, a formação contínua modular integrada nos programas de oferta de entidades formadoras da região.

Objetivo: Contribuir para a oferta de formação contínua – de especialização, reconversão, actualização, antecipação, desenvolvimento - relevante para a afirmação da economia do Mar na região do Alto Minho.

Etapas para a concretização:

1. Cursos de formação contínua de média e longa duração: *“Animadores de desportos náuticos”*; *“Animadores em náutica de recreio”*; *“Gestores de serviços náuticos”* (fichas 1, 2 e 3 constantes nas páginas 79 e seguintes deste relatório)



1.1. Avaliar, com a participação de Clubes, Empresas Marítimo-Turísticas e responsáveis do Centro do Mar, a pertinência e possibilidade de organizar os cursos de formação contínua supra referidos para os destinatários que são propostos na respetiva Ficha. Nas Fichas de cada curso, são apresentados, entre outros, propostas de objetivos, conteúdos, destinatários e entidades formadoras a envolver.

1.2. Selecionar um curso/ uma Ficha, a funcionar como curso piloto e avaliar com a entidade formadora selecionada – ver propostas no campo “promotor” em cada Ficha de curso – a possibilidade de o organizar, de mobilizar formandos e de desenvolver os conteúdos dos respectivos módulos. A duração do curso deverá ser definida em função da ambição dos seus objetivos e conteúdos.

1.3. Organizar a oferta do curso, que ficará a cargo da entidade formadora, no respeito pelos objetivos acordados e utilizando como base a respetiva Ficha proposta neste relatório. Divulgar a oferta.

2. Organização e disponibilização de módulos de formação nas seguintes áreas: *“Informação e Atendimento turístico”, “Empreendedorismo na Economia do Mar”, “Organização de Eventos Náuticos”, “Construção e Reparação de Embarcações Náuticas”* – cf Ficha de Ação 4.

2.1. Avaliar, junto de entidades empregadoras - nomeadamente, empresas náuticas (equipamentos e serviços), clubes, serviços públicos e privados localizados na região nas áreas da cultura e turismo – a pertinência de organizar formações de curta duração (25h ou menos) orientadas para o aperfeiçoamento, desenvolvimento ou especialização de competências dos profissionais no ativo – *na Ficha 4, página 91, estão identificados destinatários possíveis para cada tipo de oferta.*

2.2. Reunir com Escolas Profissionais da região, nomeadamente as que têm ofertas nas áreas seleccionadas, o FORMAR e o IPVC, para avaliar o interesse em organizarem e disponibilizarem oferta de formação de curta duração, dirigida a ativos empregados.

2.3. Organizar a oferta da formação de curta duração/ módulos, que ficará a cargo da entidade formadora, no respeito pelos objetivos acordados com a CIM. Divulgar a oferta.



Notas:

- A formação (cursos de formação contínua e/ ou módulos) é certificada, no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações⁶, se for ministrada por entidade formadora certificada ou formadores certificados. A frequência de módulos, integrados num curso ou isoladamente, conferirá créditos, possibilitadores de evolução em níveis de qualificação, se houver correspondência com os conteúdos formativos integrados no Catálogo Nacional de Qualificações;
- As fichas dos cursos e módulos (fichas 1, 2, 3 e 4 constantes nas páginas 79 e seguintes do relatório) constituem propostas e, como tal, devem ser validadas e ajustadas com as entidades formadoras a associar à sua montagem e realização. Sempre que possível, procurou-se estabelecer a correspondência – em termos de designação e respectivos conteúdos – com módulos constantes no Catálogo e associados a Qualificações/ Perfis nele integrados. Contudo, a designação, organização e conteúdo dos cursos e dos módulos deverão ser ajustados e necessariamente desenvolvidos e aprofundados em colaboração com as entidades formadoras e empregadoras que operam nas áreas objecto da formação.

As áreas e temas escolhidos para as propostas de cursos e módulos resultam da análise e conclusões deste estudo que, conforme referido, conferiu particular destaque à fileira da náutica.

⁶ **Despacho nº 978/2011, DR nº 8, Série II, de 2011-01-12:** Caracterização dos níveis de qualificação do Quadro Nacional de Qualificação (QNQ); **Portaria nº 851/2010, DR nº 173, Série I, de 2010-09-06** - Regula o sistema de certificação de entidades formadoras previsto no nº 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de Dezembro; **Portaria nº 781/2009, DR nº 141, Série I, de 2009-07-23** - Estabelece a estrutura e a organização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ); **Portaria nº 782/2009, DR nº 141, Série I, de 2009-07-23** - Regula o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais; **Decreto-Lei nº 396/2007, DR nº 251, Série I, de 2007-12-31** - Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) e define as estruturas que regulam o seu funcionamento.



cim alto minho
comunidade intermunicipal do minho-lima

ANEXOS

ANEXO I - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

ANEXO II - SÍNTESE DAS ENTREVISTAS EFETUADAS A ENTIDADES DA REGIÃO